

Rede Energia S/A - Em Recuperação Judicial | Resultados do 1º semestre de 2015

Cataguases, 14 de agosto de 2015 - A Administração da Rede Energia S/A - Em Recuperação Judicial ("Rede Energia" ou "Companhia") apresenta os resultados do segundo trimestre (2T15) e dos primeiros seis meses de 2015 (6M15).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Rede Energia S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por oito distribuidoras localizadas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que compreende 436 municípios. A base comercial das distribuidoras da Rede Energia abrange aproximadamente 3,5 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população de 9,1 milhões de habitantes.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre de 2015 e 2014:

Descrição	6M15	6M14 (Reclassificado)	Variação %
Resultados Consolidados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	6.018,7	1.939,4	+ 210,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	5.634,6	1.824,5	+ 208,8
Receita Operacional Líquida	3.603,1	1.395,3	+ 158,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	3.219,0	1.280,4	+ 151,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	456,0	679,0	- 32,8
EBITDA	765,8	751,9	+ 1,8
EBITDA Ajustado	812,5	792,4	+ 2,5
Resultado financeiro	(146,8)	1.031,5	-
Lucro Líquido	292,9	1.067,8	- 72,6
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	22,6	56,8	- 34,2 p.p
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de Consumidores Cativos (mil)	3.537,9	3.410,9	+ 3,7
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	8.332,4	7.993,2	+ 4,2
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	9.955,8	9.372,0	+ 6,2
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	Variação %
Indicadores Financeiros Consolidados - R\$ milhões			
Ativo Total	12.096,3	11.915,8	+ 1,5
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	1.028,3	1.330,1	- 22,7
Patrimônio Líquido	2.230,1	1.956,4	+ 14,0
Endividamento Líquido	2.673,7	2.393,8	+ 11,7

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 Desempenho operacional

2.1 Mercado de energia

No segundo trimestre de 2015 (2T15), a energia elétrica total comercializada pela Rede Energia somou 4.904,8 GWh. Em base pró-forma, ou seja, considerando o volume comercializado pelas distribuidoras da Rede Energia no 2T14, esse montante comercializado representa aumento de 5,4%. No acumulado no semestre (6M15), também em base pró-forma, a energia total comercializada atingiu 9.955,8 GWh, um incremento de 6,2% sobre o volume registrado em 6M14. A composição desse crescimento é a seguinte:

Energia Comercializada (Valores em GWh)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14 (*)	Var. %
✓ Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	4.079,9	4.006,1	+ 1,8	8.332,4	7.993,2	+ 4,2
✓ Energia associada a consumidores livres (TUSD)	527,5	563,4	- 6,4	1.075,4	1.121,9	- 4,1
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)	4.607,4	4.569,5	+ 0,8	9.407,8	9.115,1	+ 3,2
✓ Suprimento de energia	364,9	124,5	+ 193,1	634,5	253,0	+ 150,8
✓ Energia não Faturada	(67,5)	(38,2)	-	(86,5)	3,9	-
Total Energia Comercializada - Rede Energia Consolidada	4.904,8	4.655,8	+ 5,4	9.955,8	9.372,0	+ 6,2

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem controladas pela Energisa no período de seis meses de 2014.

Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14 (*)	Var. %
Vendas de energia a consumidores finais + TUSD (*)	4.607,4	4.569,5	+ 0,8	9.407,8	9.115,1	+ 3,2
✓ Residencial	1.511,3	1.471,2	+ 2,7	3.156,8	2.980,4	+ 5,9
✓ Industrial	1.159,4	1.208,2	- 4,0	2.326,7	2.365,3	- 1,6
▪ Cativo	631,9	644,8	- 2,0	1.251,3	1.243,4	+ 0,6
▪ Livre	527,5	563,4	- 6,4	1.075,4	1.121,9	- 4,1
✓ Comercial	936,7	907,9	+ 3,2	1.922,6	1.835,2	+ 4,8
✓ Rural	424,6	428,2	- 0,8	870,7	851,6	+ 2,2
✓ Outras classes	575,4	554,0	+ 3,9	1.131,0	1.082,6	+ 4,5

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem consolidadas pela Rede Energia no período de seis meses de 2014.

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Vendas de energia (Valores em GWh)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14 (*)	Var. %
Região Norte	513,7	483,7	+ 6,2	981,5	909,8	+ 7,9
✓ Energisa Tocantins	513,7	483,7	+ 6,2	981,5	909,8	+ 7,9
Região Centro-Oeste	3.144,9	3.112,0	+ 1,1	6.385,0	6.147,3	+ 3,9
✓ Energisa Mato Grosso	1.944,0	1.939,9	+ 0,2	3.846,5	3.723,1	+ 3,3
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	1.200,9	1.172,1	+ 2,5	2.538,5	2.424,2	+ 4,7
Região Sudeste	876,9	901,0	- 2,7	1.894,8	1.912,1	- 0,9
✓ Caiuá	267,8	279,3	- 4,1	584,8	597,6	- 2,1
✓ Vale Paranapanema	211,5	214,7	- 1,5	469,5	468,3	+ 0,3
✓ Bragantina	262,1	270,0	- 2,9	541,8	549,2	- 1,3
✓ Nacional	135,5	137,0	- 1,1	298,7	297,0	+ 0,6
Região Sul	71,9	72,8	- 1,2	146,5	145,9	+ 0,4
✓ Força e Luz do Oeste	71,9	72,8	- 1,2	146,5	145,9	+ 0,4
Total - Distribuição nas cinco regiões do país	4.607,4	4.569,5	+ 0,8	9.407,8	9.115,1	+ 3,2

(*) Para efeito de cálculo de crescimento de mercado, foram consideradas as vendas de energia das empresas da Rede Energia como se fossem consolidadas pela Rede Energia no período de seis meses de 2014.

As distribuidoras da Rede Energia S/A - em Recuperação Judicial encerraram o mês de junho de 2015 com um total de 3.537.913 unidades consumidoras cativas e com 163 consumidores livres (87 na Energisa Mato Grosso, 43 na Energisa Mato Grosso do Sul, 7 na Energisa Tocantins, 6 na Caiuá, 3 na Vale Paranapanema, 12 na Bragantina, 4 na Nacional e 1 na CFLO).

2.2 Perdas de energia elétrica

A Rede Energia reestruturou e ampliou após a aquisição do seu controle acionário pela Energisa S/A, as ações de fiscalizações das unidades consumidores das distribuidoras adquiridas, visando ao combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica. Ao fim do 2T15, as perdas de energia das distribuidoras da Rede Energia foram as seguintes, com destaque para as reduções alcançadas pelas empresas de maiores perdas nas regiões Centro Oeste e Norte:

Distribuidoras	Perdas de Energia (%) Últimos 12 meses		
	2T15	2T14	Varição em pontos percentuais
Energisa Tocantins	14,14	14,77	- 0,63
Energisa Mato Grosso do Sul	14,04	15,74	- 1,70
Energisa Mato Grosso	13,60	14,08	- 0,48
Nacional	8,12	8,35	- 0,23
Caiuá	7,86	7,76	+ 0,10
Vale Paranapanema	7,07	7,20	- 0,13
Bragantina	5,01	5,02	- 0,01
Força e Luz do Oeste	3,83	3,25	+ 0,58

Balanzo de Energia (GWh) - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição (GWh)	1º semestre de 2015								Total
	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	
(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)	4.505,5	2.902,2	1.159,5	655,4	494,6	566,5	330,6	151,4	10.765,8
(b) Energia vendida mercado cativo	3.288,0	2.296,3	955,2	562,0	442,8	362,8	279,2	146,1	8.332,4
✓ Residencial	1.234,1	866,2	386,7	230,4	158,5	119,6	116,8	44,4	3.156,8
✓ Industrial	436,1	317,2	136,3	67,3	89,0	110,4	46,0	49,0	1.251,3
✓ Comercial	785,1	558,0	189,2	146,1	82,4	65,8	63,1	33,0	1.922,6
✓ Rural	407,0	233,9	90,9	32,3	52,9	34,3	15,7	3,6	870,7
✓ Setor público e consumo próprio	425,7	321,0	152,0	85,8	60,0	32,7	37,6	16,1	1.131,0
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	558,5	242,2	26,3	22,8	26,7	179,0	19,4	0,4	1.075,4
(d) Consumo não faturado	(2,5)	(60,2)	6,1	(11,2)	(7,0)	(4,3)	(6,3)	(1,0)	-86,6
(e) Suprimento a concessionárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,5	0,0	13,5
(f) Venda de Energia CCEE	491,9	69,7	0,0	20,9	29,4	0,0	9,1	0,0	621,0
(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)	3.777,4	2.305,8	961,3	571,6	465,1	358,5	295,5	145,1	8.880,4
(h) Intercâmbio de energia	6,3	9,7	1,8	33,1	0,0	0,0	0,0	0,0	50,8
(i) Perdas na distribuição	655,3	414,2	170,2	48,8	32,2	29,0	24,7	5,9	1.380,1
(j) Perdas na Rede Básica	42,3	26,5	15,2	21,2	15,4	13,8	9,7	0,0	144,2
(k) Energia Comprada Total (k=b+d+e+f+i+j)	4.474,9	2.746,5	1.146,6	641,6	512,7	401,4	329,9	150,9	10.404,6
% das perdas na distribuição (% = i/a)	14,5	14,3	14,7	7,4	6,5	5,1	7,5	3,9	12,8

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) da Rede Energia totalizaram no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2015 o montante de 10.404,6 GWh para atender a energia solicitada pelo sistema das distribuidoras da Rede Energia.

Portfólio de Contratos (GWh) - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição (GWh)	1º semestre de 2015								Total
	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	
(a) Energia comprada	3.643,5	2.569,8	867,2	619,0	503,4	388,5	315,3	150,9	9.057,6
✓ Bilateral	1.078,8	243,4	102,4	141,5	139,6	130,6	77,1	-	1.913,4
✓ Leilões de Energia	1.236,9	1.036,2	370,0	266,7	239,4	134,5	152,3	-	3.436,0
✓ Quota de Itaipu	683,5	363,6	-	134,4	93,7	97,8	65,9	-	1.438,9
✓ Quota do PROINFA	77,8	51,6	22,4	13,4	10,3	8,7	6,8	3,4	194,4
✓ Quota de ANGRA	122,1	83,8	34,5	23,1	18,0	15,0	11,7	-	308,3
✓ Quota de Garantia Física (95%)	441,1	620,8	304,8	39,9	2,3	1,9	1,5	-	1.412,3
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	-	-	147,6	147,6
✓ Geração distribuída	3,2	170,4	33,1	-	-	-	-	-	206,7
(b) Geração Própria / Embutida / Desverticalizada	831,5	0,6	150,7	-	-	-	-	-	982,8
(c) Liquidação na CCEE	-	176,2	128,7	22,6	9,3	12,9	14,7	-	364,3
(d) Energia Comprada Total (d=a+b+c)	4.474,9	2.746,5	1.146,6	641,6	512,7	401,4	329,9	150,9	10.404,6
(e) Nível de Cobertura Contratual *	108,8%	94,4%	84,0%	99,2%	105,9%	91,0%	94,1%	100,0%	9.057,6

3 Desempenho financeiro

3.1 Receita operacional bruta e líquida

Nos primeiros seis meses de 2015 (6M15) a Rede Energia apresentou receita operacional bruta consolidada, sem a receita de construção, a qual é atribuída margem zero, de R\$ 5.634,1 milhões. Já a receita operacional líquida consolidada, igualmente sem a receita de construção, foi para R\$ 3.219,1 milhões, contra o R\$ 1.280,4 milhões registrados em igual período do ano anterior. Importante ressaltar que a Rede Energia S/A - Em Recuperação Judicial voltou a ter controle sobre as decisões econômicas e operacionais das suas distribuidoras de energia elétrica em 11 de abril de 2014, razão pela qual a partir daquela data os respectivos ativos voltaram a ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial e conseqüentemente consolidados.

3.2 Reajustes tarifários e repasses de recursos

3.2.1 Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o "Sistema de Bandeiras Tarifárias" nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.2 Revisão Tarifária Extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. Os consumidores das concessionárias subsidiárias da Rede Energia perceberão os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	%
Bragantina	38,5
Nacional	35,2
Caiuá	32,4
Força e Luz do Oeste	31,9
Vale Paranapanema	29,4
Energisa Mato Grosso do Sul	27,9
Energisa Mato Grosso	26,8
Energisa Tocantins	4,5

A RTE aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia. Adicionalmente, em 2015 foram concedidos reajustes tarifários para as subsidiárias da Rede Energia, com os seguintes efeitos médios percebidos pelos consumidores:

Distribuidora	Reajuste tarifário - Efeito médio	
	%	Vigência
Energisa Mato Grosso do Sul	3,22	8 de abril
Energisa Mato Grosso	- 0,38	8 de abril
Caiuá	1,85	10 de maio
Vale Paranapanema	- 0,09	10 de maio
Bragantina	- 0,23	10 de maio
Nacional	- 3,62	10 de maio
Força e Luz do Oeste	16,54	29, de junho
Tocantins	5,88	4 de julho

A Rede Energia, por meio de suas subsidiárias, recebeu também, o montante de R\$ 75,5 milhões, provenientes dos recursos da conta ACR (Conta no Ambiente de Contratação Regulada) repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para cobertura da exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo - MCP e despacho termoeletrico vinculado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D relativo aos meses de novembro e dezembro de 2014. Os valores foram registrados como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviço do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 229,7 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidora	Recursos ACR - Cobertura de Custos (R\$ milhões)	Recursos - Decreto 7.891 (R\$ milhões)	Total (R\$ milhões)
Energisa Mato Grosso	8,1	95,2	103,3
Energisa Mato Grosso do Sul	14,3	84,3	98,6
Energisa Tocantins	35,4	18,6	54,0
Nacional	3,7	10,4	14,1
Caiuá	6,7	7,7	14,4
Bragantina	6,2	7,5	13,7
Vale Paranapanema	1,1	5,2	6,3
Força e Luz do Oeste	-	0,8	0,8
Total	75,5	229,7	305,2

3.2.3 Créditos de subvenção da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

As distribuidoras da Rede Energisa possuem créditos de subvenção tarifária, relativos ao período de novembro de 2014 a junho de 2015, que serão ressarcidos pela Eletrobras, através da Conta de Desenvolvimento Energético, no montante de R\$ 282,4 milhões, não incluída a atualização monetária. A Administração das distribuidoras espera receber esses recursos no terceiro trimestre do exercício em curso.

3.3 Despesas operacionais

Em 6M15, as despesas operacionais totalizaram R\$ 3.147,1 milhões, aumento de 339,4% (R\$ 2.430,8 milhões) em relação aos 6M14. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 246,6 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 1.428,4 milhões no semestre. Esses expressivos crescimentos decorrem fundamentalmente da base comparativa de junho de 2014, que inclui apenas as despesas operacionais das distribuidoras da Rede Energia no trimestre abril a junho, quando esses ativos voltaram a ser consolidados após o fim da intervenção em 8 de abril de 2014.

3.4 Resultado financeiro

No 2T15, o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 42,3 milhões, contra uma receita financeira líquida de R\$ 1.070,3 milhões em igual período do ano passado, em decorrência basicamente dos ajustes a valor presente e valor justo dos ativos e passivos da Rede Energia. No acumulado em 6M15, as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 146,8 milhões, ante a receita financeira líquida de R\$ 1.031,5 milhões.

3.5 Lucro líquido e geração de caixa (EBITDA)

No primeiro semestre de 2015 (6M15), a Rede Energia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 292,9 milhões (R\$ 262,1 milhões no 2T15), contra R\$ 1.067,8 milhões em 6M14. Vale lembrar que o resultado em 6M14 está afetado positivamente por receitas líquidas dos ajustes a valor presente e valor justo dos ativos e passivos da Rede Energia, no montante de R\$ 1.189,0 milhões.

A geração consolidada de caixa ajustada (EBITDA Ajustado), por sua vez, totalizou R\$ 812,5 milhões em 6M15, contra uma geração consolidada de caixa ajustada de R\$ 792,4 milhões em 6M14. Desconsiderando os efeitos da venda dos ativos e dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos e valor justo da Rede Energia, a geração consolidada de caixa ajustada recorrente seria de R\$ 556,0 milhões em 6M15, ante uma geração consolidada de caixa ajustada negativa de R\$ 396,6 milhões.

A composição dos resultados consolidados da Rede Energia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	262,1	1.130,6	- 76,8	292,9	1.067,8	- 72,6
(-) Contribuição social e imposto de renda	11,8	(531,3)	-	(25)	(535,2)	- 95,3
(-) Resultado financeiro	(42,3)	1.070,3	-	(146,8)	1.031,5	-
(-) Depreciação e amortização	(149,5)	(72,6)	+ 105,9	(284,9)	(72,9)	+ 290,8
(-) Resultado das operações descontinuadas	(11,9)	(91,7)	- 87,0	(16,2)	(107,5)	- 84,9
(=) Geração de caixa (EBITDA)	454,0	755,9	- 39,9	765,8	751,9	+ 1,8
(-) Receitas líquidas de venda de ativos	255,3	-	-	255,3	-	-
(-) Receitas líquidas dos ajustes a valor presente e valor justo	(5,0)	1.189,0	-	1,2	1.189,0	- 99,9
(=) Geração de caixa recorrente, sem as receitas acima	203,7	(433,1)	-	509,3	(437,1)	-
(+) Receitas de acréscimos moratórios	10,4	65,6	- 84,1	46,7	40,5	+ 15,3
(=) Geração ajustada de caixa recorrente (EBITDA Ajustado)	214,1	(367,5)	-	556,0	(396,6)	-
(+) Receitas líquidas de venda de ativos	255,3	-	-	255,3	-	-
(+) Receitas líquidas dos ajustes a valor presente e valor justo	(5,0)	1.189,0	-	1,2	1.189,0	- 99,9
(=) Geração ajustada de caixa, com as receitas acima	464,4	821,5	- 43,5	812,5	792,4	+ 2,5
Margem de EBITDA ajustado, com as receitas acima (%)	25,7	59,1	- 33,4 p.p	22,6	56,8	- 34,2 p.p

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas subsidiárias por segmento no semestre:

Lucro Líquido (R\$ milhões)	Trimestre			Semestre		
	2T15	2T14	Var. %	6M15	6M14	Var. %
Distribuição de energia elétrica						
✓ Energisa Mato Grosso do Sul ^(*)	(3,4)	(18,4)	- 81,5	59,4	(33,8)	-
✓ Energisa Mato Grosso ^(*)	54,2	19,7	+ 175,1	52,0	(16,0)	-
✓ Energisa Tocantins ^(*)	32,6	(27,6)	-	44,5	(39,7)	-
✓ Vale Paranapanema ^(*)	(2,8)	0,5	-	7,2	4,5	+ 60,0
✓ Caiuá ^(*)	(2,4)	(7,7)	- 68,8	6,5	(9,1)	-
✓ Nacional ^(*)	(0,2)	1,2	-	5,7	10,0	- 43,0
✓ Força e Luz do Oeste ^(*)	7,6	(1,3)	-	4,9	(0,6)	-
✓ Bragantina ^(*)	2,1	4,0	- 47,5	1,0	17,0	- 94,1
Rede Energia Consolidada	262,1	1.130,6	- 76,8	292,9	1.067,8	- 72,6

(*) Para efeito comparativo, os resultados de 2014 acima se referem a seis meses.

As gerações de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por subsidiária da Rede Energia em 6M15 são as seguintes:

Geração de Caixa Ajustada (EBITDA Ajustado)	EBITDA		EBITDA Ajustado	
	Valor (R\$ milhões)	Var. % ^(*)	Valor (R\$ milhões)	Var. % ^(*)
Distribuição de energia elétrica	462,2	+ 173,7	522,6	+ 148,7
✓ Energisa Mato Grosso	182,3	+ 56,6	206,3	+ 55,1
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	141,6	+ 774,1	158,6	+ 478,8
✓ Energisa Tocantins	68,7	-	78,8	+ 4.047,4
✓ Caiuá	19,9	+ 101,0	22,8	+ 90,0
✓ Bragantina	19,4	+ 113,2	21,4	+ 103,4
✓ Vale Paranapanema	13,6	+ 51,1	15,5	+ 50,5
✓ Nacional	8,8	+ 3,5	10,3	+ 7,3
✓ Força e Luz do Oeste	7,9	-	8,9	+ 2.866,7

(*) Variação percentual sobre o mesmo período do ano anterior.

4 Estrutura de capital

4.1 Caixa e endividamento

Em 30 de junho de 2015, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Rede Energia foi de R\$ 1.028,3 milhões e a dívida líquida consolidada da Rede Energia, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, parcelamentos de impostos, encargos financeiros e fundo de pensão totalizou R\$ 2.673,7 milhões, contra R\$ 2.393,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, conforme composição abaixo:

Descrição Valor em R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Curto Prazo	4,3	2,0	395,4	709,8
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	296,4	259,5
Debêntures	2,7	1,0	23,2	52,3
Encargos de dívidas	1,6	1,0	16,5	9,9
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	18,5	20,3
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	40,3	291,3
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	0,5	76,5
Longo Prazo	128,9	125,2	3.306,6	3.014,1
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	87,1	88,1	1.760,5	1.454,6
Debêntures	41,8	37,1	928,5	931,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	94,2	99,0
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	172,3	177,6
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	351,1	351,1
Total das dívidas	133,2	127,2	3.702,0	3.723,9
(-) Disponibilidades financeiras	165,5	5,1	1.028,3	1.330,1
Total das dívidas líquidas (*)	(32,3)	122,1	2.673,7	2.393,8

(*) Valor deduzido do ajuste a valor presente dos credores que optaram pelo recebimento em 22 anos dos seus créditos no Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia.

Obs.: Valores em 2014 reclassificados.

As dívidas por distribuidora controlada pela Rede Energia em 30 de junho de 2015 são as seguintes:

Dívidas Líquidas (R\$ milhões)	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
Curto Prazo	130,8	18,8	37,4	5,0	33,9	137,7	2,6	27,0
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	76,1	12,3	19,5	0,3	30,5	133,7	0,1	23,8
Debêntures	14,9	4,0	1,7	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	3,0	2,4	7,2	0,4	0,2	0,9	-	0,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	4,7	0,1	0,3	4,3	3,2	3,1	2,5	2,9
Parcelamento de encargos setoriais	31,6	-	8,7	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	0,5	-	-	-	-	-	-	-
Longo Prazo	1.679,4	819,8	450,5	155,0	19,5	33,7	15,1	1,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	725,1	421,7	380,0	128,9	0,1	14,3	-	0,1
Debêntures	440,3	398,0	48,4	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	12,2	0,1	0,5	26,1	19,4	19,4	15,1	1,3
Parcelamento de encargos setoriais	150,7	-	21,6	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	351,1	-	-	-	-	-	-	-
Total das dívidas	1.810,2	838,6	487,9	160,0	53,4	171,4	17,7	28,4
(-) Disponibilidades financeiras	372,8	116,1	194,4	45,1	28,7	57,6	12,7	12,0
Total das dívidas líquidas	1.437,4	722,5	293,5	114,9	24,7	113,8	5,0	16,4
Indicadores Relativos								
Dívidas líquidas / EBITDA Ajustado anualizado (vezes)	3,8	2,3	2,1	2,9	0,9	2,9	0,3	1,0
Dívidas líquidas / Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas (%)	51,2	49,7	32,9	70,6	17,1	71,8	6,4	43,7

5 Investimentos

Com foco na melhoria dos serviços prestados, as distribuidoras da Rede Energia investiram, no primeiro semestre de 2015, R\$ 462,6 milhões, incremento de 97,7% (228,6 milhões) em relação a igual período do ano anterior. Os investimentos por controlada estão detalhados no quadro a seguir:

Investimentos Realizados - (R\$ milhões)

Investimentos (R\$ milhões)	Semestre		Variação	
	6M15	6M14	%	R\$ milhões
Energisa Mato Grosso	213,7	103,7	+ 106,1	+ 110,0
Energisa Tocantins	104,0	33,9	+ 206,8	+ 70,1
Energisa Mato Grosso do Sul	89,8	67,6	+ 32,8	+ 22,2
Bragantina	9,9	6,3	+ 57,1	+ 3,6
Caiuá	14,0	9,8	+ 42,9	+ 4,2
Nacional	10,5	4,9	+ 114,3	+ 5,6
Vale Paranapanema	9,0	6,0	+ 50,0	+ 3,0
Força e Luz do Oeste	2,4	1,8	+ 33,3	+ 0,6
Outras	9,3	-	-	+ 9,3
Total	462,6	234,0	+ 97,7	+ 228,6

6 Alienação da controlada Tangará Energia S/A

Em 30 de maio de 2015, foi concluída pela controlada Rede Energia S/A a alienação da UHE Tangará Energia S/A, de 120 MW, para a São João Energética, sociedade indiretamente controlada pela Brookfield Renewable Energy Partners. O valor da alienação totalizou R\$ 193,9 milhões, já tendo sido recebido até 30 de junho a importância de R\$ 171,3 milhões.

A Tangará Energia S/A apresentava patrimônio líquido negativo de R\$ 79,7 milhões, razão pela qual a Rede Energia reconheceu, no período encerrado em 30 de junho de 2015, ganho de capital em função desta venda no montante de R\$ 255,3 milhões.

7 Energisa Mato Grosso realiza amortização parcial extraordinária da 2ª emissão de debêntures

Em 7 de maio de 2015, a controlada Energisa Mato Grosso resgatou antecipadamente a totalidade das 100 (cem) debêntures remanescentes da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em treze séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia ("2ª Emissão"), referentes à 1ª série ("Debêntures Série CDI").

O valor unitário pago por cada debênture resgatada foi equivalente ao saldo do valor nominal unitário acrescido da atualização das Debêntures Série CDI, da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da remuneração até a data de resgate antecipado, calculada nos termos do item 4.9 da Escritura da 2ª Emissão, perfazendo, assim, o montante total de R\$ 34,9 milhões pelo resgate antecipado das 100 (cem) Debêntures Série CDI. Com esse resgate antecipado não restam mais debêntures da 2ª emissão em circulação.

8 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Rede Energia e suas controladas nos primeiros seis meses de 2015 foi de R\$ 3.460 mil, dos quais R\$ 3.421 mil pela revisão das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

REDE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2015	31/12/2014	30/6/2015	31/12/2014
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	64.912	5.072	350.118	356.595
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	100.610	51	678.155	973.554
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	1.219.242	967.691
Títulos de créditos a receber	845	845	7.696	8.210
Juros s/ capital próprio/ dividendos	14.241	41.972	-	-
Estoques	-	-	18.275	19.579
Tributos a recuperar	17.690	24.832	211.492	169.937
Instrumentos financeiros	-	-	18.277	7.089
Ativos regulatórios	-	-	545.906	159.552
Contas a receber da concessão	-	-	491.515	438.766
Outros créditos	11.781	7.537	494.426	360.433
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	250.837
Total do circulante	210.079	80.309	4.035.102	3.712.243
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Consumidores e concessionárias	-	-	113.802	122.404
Títulos de créditos a receber	-	-	16.459	16.358
Créditos com partes relacionadas	77.043	110.397	234.051	226.444
Tributos a recuperar - Imposto de renda e contribuição social	7.380	2.523	123.314	115.499
Depósitos e cauções vinculados	121	121	112.559	91.764
Créditos tributários	-	-	409.695	483.873
Ativos regulatórios	-	-	275.098	435.197
Contas a receber da concessão	-	-	1.805.925	1.626.322
Instrumentos financeiros	-	-	-	3.154
Outros créditos	445	445	77.566	81.786
	84.989	113.486	3.168.469	3.202.801
Investimentos	3.305.984	3.350.159	4.623	4.791
Imobilizado	-	-	19.694	14.321
Intangível	-	-	4.868.432	4.981.632
Total do não circulante	3.390.973	3.463.645	8.061.218	8.203.545
Total do ativo	3.601.052	3.543.954	12.096.320	11.915.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

REDE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2015	31/12/2014	30/6/2015	31/12/2014
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	413	262	672.900	665.924
Encargos de dívidas	1.593	1.036	16.485	9.911
Empréstimos e financiamentos	-	-	296.391	259.496
Debêntures	2.669	1.012	23.219	52.336
Dividendos a pagar	-	-	8.966	21.985
Folha de pagamento	-	-	9.511	17.702
Tributos e contribuições	696	1.619	292.975	201.090
Parcelamento de impostos	-	-	18.486	20.308
Débitos com partes relacionadas	-	474.541	-	546.793
Taxas regulamentares	-	-	40.306	291.281
Obrigações estimadas	-	-	74.126	47.987
Passivos regulatórios	-	-	408.155	76.758
Incorporação de redes	-	-	155.105	146.424
Programa de eficiência energética	-	-	75.475	153.916
Passivos disponíveis para venda	-	130.639	-	466.854
Outros	5.407	1.795	354.318	177.151
Total do circulante	10.778	610.904	2.446.418	3.155.916
Não circulante				
Fornecedores	-	-	358.646	353.609
Empréstimos e financiamentos	87.098	88.121	1.760.481	1.454.598
Debêntures	41.839	37.124	928.540	931.786
Tributos e contribuições sociais	-	-	18.453	16.014
Parcelamento de impostos	-	-	83.316	87.999
Tributos diferidos	436.221	434.362	1.413.579	1.565.686
Débitos com partes relacionadas	617.161	226.301	619.901	16.086
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	492.206	538.671
Provisão para perdas em participações societárias	168.209	181.166	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	259
Benefícios a empregados - plano de pensão	-	-	10.882	11.040
Passivos regulatórios	-	-	112.405	351.791
Taxas regulamentares	-	-	172.269	177.585
Incorporação de redes	-	-	201.462	217.973
Outras contas a pagar	9.611	9.562	222.856	71.949
Total do não circulante	1.360.139	976.636	6.394.996	5.795.046
Patrimônio líquido				
Capital social	2.245.787	2.245.787	2.245.787	2.245.787
Reservas de capital	26.485	26.485	26.485	26.485
Prejuízos acumulados	(56.331)	(354.511)	(56.331)	(354.511)
Outros resultados abrangentes	6.194	6.194	6.194	6.194
Ajuste de avaliação patrimonial	-	24.459	-	24.459
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.000	8.000	8.000	8.000
Total do patrimônio líquido	2.230.135	1.956.414	2.230.135	1.956.414
Participação dos Acionistas não controladores	-	-	1.024.771	1.008.412
Total do passivo e patrimônio líquido	3.601.052	3.543.954	12.096.320	11.915.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultados

REDE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	6M15	6M14	6M15	6M14
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	5.101.809	1.634.042
Suprimento de energia elétrica	-	-	202.403	69.774
Disponibilidade do sistema elétrico	-	-	155.674	38.315
Receita de construção	-	-	384.066	114.923
Outras receitas	-	-	174.767	82.309
	-	-	6.018.719	1.939.363
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	-	-	1.041.157	337.942
PIS, Cofins e ISS	-	-	513.347	165.439
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	-	-	861.140	40.723
	-	-	2.415.644	544.104
Receita operacional líquida	-	-	3.603.075	1.395.259
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal (inclui fundo de pensão)	58	213	210.629	130.008
Material	-	-	41.851	17.445
Serviços de terceiros	3.320	24.315	253.876	118.798
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	1.904.287	667.675
Transporte de potência elétrica	-	-	236.942	45.119
Depreciação e amortização (inclui ágio)	-	-	284.883	72.860
Provisão para contingências / devedores duvidosos	-	-	(71.109)	(9.225)
Custo de construção	-	-	384.066	114.923
Outras despesas / receitas	(261.069)	(348.055)	(98.333)	(441.317)
	(257.691)	(323.527)	3.147.092	716.286
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	257.691	323.527	455.983	678.973
Receita (despesa) financeira				
Receitas de aplicações financeiras	1.400	281	59.380	12.729
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	81.094	46.695	40.474
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	-	-	63.152	3.161
Variação cambial	-	-	18.612	81.094
Descontos/Reversão credores opção C	-	626.989	-	1.147.071
Ajuste a valor presente credores opções A e B	-	406.770	-	469.938
Outras receitas financeiras	7.951	666	179.544	(501.132)
Encargos de dívidas - juros	(2.240)	(11.842)	(140.483)	(75.352)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-	(15.705)	(102.774)	(14.846)
(-) Transferência para obras em curso	-	-	2.440	253
Marcação a mercado de derivativos	(1.713)	(23.536)	(8.548)	(23.489)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(8.388)	11.993	118
Atualização de mutuo	(49.289)	(44.511)	(30.511)	(7.394)
Outras despesas financeiras	(9.586)	(9.376)	(246.308)	(101.113)
	(53.477)	1.002.442	(146.808)	1.031.512
Resultado de equivalência patrimonial	87.572	50.675	-	-
Resultado antes dos impostos	291.786	1.376.644	309.175	1.710.485
Contribuição social e imposto de renda	(1.859)	(306.727)	(25)	(535.196)
Resultado das operações continuadas	289.927	1.069.917	309.150	1.175.289
Resultado das operações descontinuadas	(16.206)	(23.125)	(16.206)	(107.527)
Lucro líquido do período	273.721	1.046.792	292.944	1.067.762
Atribuído a sócios da empresa controladora	-	-	273.721	1.046.792
Atribuído a sócios não controladores	-	-	19.223	20.970
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	0,16	2,45		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

REDE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	6M15	6M14	6M15	6M14
Caixa Líquido Atividades Operacionais	(357)	194.718	96.247	645.762
Caixa Gerado nas Operações	(5.551)	(374.475)	384.430	121.534
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	291.786	1.376.644	309.175	1.626.083
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	-	-	(12.505)
Despesa com juros, variações monetárias e cambiais	51.413	(1.696.849)	96.643	(1.649.363)
Resultado de equivalência patrimonial	(87.572)	(50.675)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	284.883	72.860
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.172)	10.069
Provisão para riscos	-	-	(74.906)	13.172
Ganho de capital na alienação de ativos	(255.300)	-	(255.300)	-
Valor residual de ativos permanentes baixados	(5.878)	(3.595)	28.552	37.847
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(11.993)	(118)
Marcação a mercado de derivativos	-	-	8.548	23.489
Variações nos Ativos e Passivos	5.194	569.193	(288.183)	668.349
Diminuição de Clientes	-	-	(195.082)	(144.121)
Diminuição de títulos de créditos a receber	-	6.769	1.616	112.231
Diminuição de outros créditos a receber	19	-	-	-
Diminuição (aumento) de estoques	-	-	97	(934)
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar	2.285	18.112	319.004	(19.829)
(Aumento) de ativos regulatórios	-	-	(135.105)	-
Diminuição de créditos com partes relacionadas	-	465.547	-	1.309.462
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-	(121)	(20.795)	(4.814)
(Aumento) diminuição de outros créditos a receber	-	(35.289)	(132.689)	1.119.847
Aumento (diminuição) de fornecedores	151	(20)	(24.852)	(783.152)
(Diminuição) aumento de folha de pagamento	(88)	8	(8.191)	(8.428)
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais	(923)	715	(307.971)	(383.675)
Imposto de renda e contribuições sociais pagos	-	-	(26.503)	(37.223)
Aumento de passivos regulatórios	-	-	42.244	-
Débitos com partes relacionadas	-	113.472	-	-
(Diminuição) de incorporações de redes	-	-	(217.089)	-
Aumento de obrigações estimadas	-	-	26.139	203.349
(Diminuição) de empréstimos de partes relacionadas	-	-	-	(453.882)
Aumento (diminuição) de outras contas a pagar	3.750	-	390.994	(384.603)
Caixa Líquido Atividades de Investimento	207.589	(1.083.681)	200.175	730.038
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(99.159)	281	354.779	506.041
Alienação de bens do imobilizado e intangível	5.878	3.595	11.071	(61.762)
Caixa equivalente de caixa adquirido em 11/04/2014	-	-	-	285.759
Aplicações no intangível e imobilizado	-	-	(337.025)	-
Recebimento pela venda de ativos alienados	171.350	-	171.350	-
Dividendos recebidos de controladas	129.520	-	-	-
Compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	-	(1.087.557)	-	-
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(147.392)	898.258	(302.899)	(429.480)
Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	-	(3.555)	(170.270)	(429.480)
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	472.163	-
Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	-	-	(161.942)	-
Partes Relacionadas	(147.392)	-	(131.283)	-
Parcelamento de impostos	-	-	(6.505)	-
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	(277.240)	-
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.848)	-
Parcelamento de fornecedores	-	-	(22.974)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	901.813	-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	59.840	9.295	(6.477)	946.320
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.072	3.907	356.595	3.907
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64.912	13.202	350.118	950.227
Variação líquida do caixa	59.840	9.295	(6.477)	946.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Rede Energia S.A. Notas explicativas às informações trimestrais Período findo em 30 de Junho de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Rede Energia S.A - Em Recuperação Judicial (“Rede Energia” ou “Companhia”), é Companhia Aberta registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 16 de outubro de 1969, com ações negociadas na Bm&fbovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O objetivo social da Companhia é a participação no capital de outras empresas, tendo como base a atividade de distribuição e geração de energia elétrica, bem como outras atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

As controladas possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedida as empresas de distribuição, geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Renovação de concessões:

Em 07 de julho de 2015, venceram os Contratos de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica das controladas: Caiuá Distribuição de Energia S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste.

Em atendimento ao prazo disposto nos referidos Contratos, as controladas requereram, em junho de 2012, a prorrogação de suas Concessões. O pedido foi reiterado em outubro de 2012 nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 7.805/2012.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que tratou, dentre outras, da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica,

vincendas entre 2015 e 2017, estabelecendo que as referidas concessões poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

Em 02 de junho de 2015, foi editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e decretando que o Ministério de Minas e Energia ("MME") poderá prorrogar as concessões, por trinta anos, devendo ser atendidos os seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

Ainda nos termos do Decreto nº 8.461/2015, a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa pela concessionária das condições estabelecidas no contrato de concessão ou em seu termo aditivo.

Em 10 de junho de 2015, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 038/2015, com objetivo de obter subsídios para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, com período para envio de contribuição até 13 de julho de 2015.

Em 12 de junho de 2015, no âmbito do processo de monitoramento, dentro do qual foram solicitados esclarecimentos adicionais ao MME relativamente à renovação das concessões de distribuição de energia elétrica, o Tribunal de Contas da União ("TCU") emitiu Despacho sobre Adoção de Medida Cautelar, dentre outras medidas processuais, decidindo por "determinar, cautelarmente, com fulcro no art. 276, do Regimento Interno do TCU, que o MME se abstenha exercer a competência prevista no art. 3º-A, inciso II, da Lei 9.427/1996, para celebrar, diretamente ou por meio de delegação, termos aditivos para a prorrogação dos contratos de distribuição vincendos, com base no Decreto 8.461/2015, até o julgamento do mérito deste processo".

No referido Despacho do TCU, restou indicada pelo Ministro Relator que a abstenção demandada do MME diz respeito unicamente à celebração dos termos aditivos, não restringindo a sua atuação nem de outros órgãos no atendimento às disposições do Decreto 8.461/2015, inexistindo óbice, por exemplo, ao prosseguimento da Audiência Pública nº 038/2015 ou à adoção de outras providências preliminares e preparatórias à formalização dos contratos.

O Ministro Relator do TCU assinalou a não incidência de *periculum in mora* reverso, uma vez que o art. 9º da Lei 12.783/2013 prevê a possibilidade de que as controladas permaneçam à frente do serviço por tempo necessário à realização da licitação ou mesmo de uma prorrogação por prazo menor que o máximo autorizado, como também disposto nos Contratos de Concessão vencidos.

A Administração da Companhia aguarda a posição final do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos regulatórios, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 12, 13, 17, 30 e 37, respectivamente.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica anteriormente era realizada pela controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial, desde 27 de novembro de 2012, teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012 ("Resolução Autorizativa nº 3.759"), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação da Rede de Eletricidade e Serviços S.A.), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, serviços de call center e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Intervenção Administrativa - ANEEL

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - Cemat); Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social da Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - Celtins); Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (nova razão social da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A - Enersul); Companhia de Força e Luz do Oeste ("CFLO"), Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("Caiuá"), Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEVP") e Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE").

A intervenção foi decretada pelo prazo de 01 (um) ano, tendo sido prorrogada em 20 de agosto de 2013, por mais 2 (dois) anos.

Em razão de seu significativo endividamento financeiro à época, a Companhia ingressou com pedido de recuperação judicial, junto com outras empresas do Grupo Rede, o qual foi deferido em 19 de dezembro de 2012. Em 11 de julho de 2013, foi firmado entre a Energisa S.A. ("Energisa") e o então acionista controlador do Grupo Rede um Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Compromisso"), que, mediante o cumprimento de algumas condições precedentes previstas, previa a aquisição do controle acionário das sociedades do Grupo Rede, em consonância com o Plano de Recuperação Judicial votado na Assembleia Geral de Credores, realizada em São Paulo, 5 de julho de 2013.

Transferência de controle acionário:

Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes do Compromisso, Rede Energia, Energisa Mato Grosso ("EMT") e Energisa Mato Grosso do Sul ("EMS"), juntamente com a Energisa e demais Companhias, em observância à Instrução CVM nº 358/02 e alterações posteriores, informaram aos respectivos acionistas e ao mercado em geral que, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa.

Naquela data ocorreram as Assembleias Gerais da Companhia Força e Luz do Oeste; Empresa Elétrica Bragantina S.A.; Companhia Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.; Caiuá - Distribuição de Energia S.A.; e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A, concessionárias que foram objeto de intervenção administrativa da Agência Nacional de Energia Elétrica. As referidas Assembleias tiveram como ordem a eleição dos membros da administração indicados pela Energisa, na qualidade de nova controladora indireta das concessionárias de distribuição do Grupo Rede. Da mesma forma, no dia 14 de abril de 2014, ocorreram as assembleias gerais para eleição dos membros da administração indicados pela Energisa na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A e na Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ("ETO"), Companhias essas que também foram objeto de intervenção administrativa.

A aquisição ocorreu através da formalização da transferência para Energisa de 90,91% do capital da JQMJ, 65,68% do capital da BBPM, 20,11% do capital da Denerge, e 0,03% do capital da Rede Energia, empresas holdings, e pelo pagamento do preço de aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), além dos aportes de capital realizados pela Energisa nas companhias JQMJ Participações S.A. ("JQMJ"), BBPM Participações S.A. ("BBPM"), Denerge e Rede Energia no valor total de R\$1.295.356, sendo todas as condições suspensivas estabelecidas no Compromisso foram satisfeitas e/ou dispensadas.

Etapas da transferência do controle acionário do Grupo Rede para Energisa S/A.

1.1. Plano de Recuperação ANEEL

Nos termos do art. 12 da Medida Provisória n.º 577, de 29 de agosto de 2012, vigente à época e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, os acionistas das companhias em intervenção, deveriam apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, plano de recuperação que vise solucionar as razões que a ensejaram.

Em cumprimento às disposições da Medida Provisória n.º 577/12 mencionadas acima, a Rede Energia, na qualidade de acionista controladora das Companhias sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro de 2012, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em cada uma das companhias sob intervenção, bem como em Assembleia Geral Extraordinária da própria companhia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação, de todas as Companhias sob intervenção, foram devidamente apresentados à ANEEL e foram atualizados posteriormente, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Companhia, e do grupo, conforme divulgado ao mercado.

Em 01 de outubro de 2013, a Rede Energia apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. nos termos do Compromisso.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação das concessionárias sob intervenção apresentado pelo Grupo Rede que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa.

Em 28 de janeiro de 2014, através da Resolução Autorizativa n.º 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Energisa S.A. Em 08 de abril de 2014 a ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que nesta data foi formalizada a transferência do controle societário à Energisa S.A.

1.2. Recuperação Judicial - Companhia

Em 26 de novembro de 2012, a Companhia publicou fato relevante pelo qual informa que ajuizou, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Nessa mesma data, foram ajuizados de forma conjunta, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S.A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge"), sociedades relacionadas à Companhia.

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge. A medida visava a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Companhia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, naquele momento sob intervenção governamental.

O pedido de recuperação judicial da Companhia foi distribuído sob n.º 0067341-20.2012.8.26.0100, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Em 09 de setembro de 2013, a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu a decisão em 1ª instância homologando o Plano de Recuperação Judicial votado em assembleia geral de credores, e concedendo a recuperação judicial das recuperandas, entre elas a Companhia. Esta decisão foi objeto de embargos de declaração opostos pelas próprias recuperandas, os quais foram acolhidos para constar que o plano de recuperação, na realidade, havia sido homologado via Cram down (artigo 58, § 1º, da Lei 11.101/2005), e não pela via ordinária (artigo 58, caput, da Lei 11.101/2005). Esta última decisão foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 20/11/2013.

No dia 27 de agosto de 2014, foi proferida, em processo auxiliar perante a Corte do Estado de Nova Iorque (Chapter 15), decisão reconhecendo a validade do plano de recuperação naquele território, sendo que em 09/09/2014 foi proferida a ordem que permitiu a operacionalização de pagamentos credores estrangeiros, na forma prevista no Plano de Recuperação. Este pagamento já foi realizado, de modo que o Plano de Recuperação Judicial está sendo estritamente cumprido.

De toda forma, atualmente ainda está pendente uma decisão final e transitada em julgado de dois recursos apresentados por credores estrangeiros que poderão impactar diretamente no plano de recuperação aprovado: um contra a homologação do plano de recuperação judicial, e outro para discutir a possibilidade de ajuizamento da recuperação por várias empresas do mesmo grupo. Existem ainda outros recursos que, no entanto, envolvem questões periféricas da recuperação judicial.

1.3. Compromisso de investimento compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a Companhia divulgou fato relevante, informando que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Energisa e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Energisa a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A. (“JQMJ”), BBPM Participações S.A. (“BBPM”), Denerge e EEVP, participações societárias essas que confeririam à Energisa o controle indireto da Companhia e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica então sob intervenção da ANEEL, a saber: EMS, EMT, ETO, Caiuá - Distribuição de Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. e Companhia Força e Luz do Oeste. Em contrapartida, a Energisa comprometia-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia, de forma a cumprir o plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentado à ANEEL.

A operação objeto do Compromisso foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014.

Nos termos do artigo 4º da Resolução Autorizativa nº 4.510/2014 da ANEEL, datada de 28 de janeiro de 2014, a comprovação da transferência do controle acionário indireto encerrou a intervenção administrativa das concessionárias de distribuição de energia elétrica nas empresas, conforme Resolução Autorizativa nº 4.622, publicada pela ANEEL em 10 de abril de 2014.

1.4. Plano de recuperação judicial - pagamento credores

O Plano de Recuperação Judicial foi homologado em 09 de setembro de 2013, na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede Energia, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, que veio permitir as empresas superar sua crise econômico-financeira, levantar a intervenção nas concessionárias de distribuição de energia elétrica (EMT, EMS, ETO, CFLO, CNEE, EEB, EDEVP e CAIUÁ), preservar os direitos dos credores, estabelecer a fonte de recursos, condições e cronogramas de pagamentos objetivando viabilizar a manutenção das atividades da distribuição e geração de energia, preservando às concessões outorgadas.

Como já evidenciado nos itens acima a Energisa cumpriu as etapas determinadas no Plano de Recuperação como segue:

Aportes de capital

A controladora Energisa já aportou nas empresas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia, cerca de R\$1.295.356, posteriormente transferidos às demais subsidiárias a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando a Energisa deter diretamente 99,95% do capital da JQMJ, 89,57% do capital da BBPM, 49,28% do capital da Denerge, e 14,95% do capital da Rede Energia.

Pagamento dos Credores

Os credores quirografários por obrigação principal puderam escolher até o dia 18 de novembro de 2013, entre a Opção A, Opção B e Opção C para recebimento de seus créditos, aplicável sobre a totalidade dos créditos detidos pelo mesmo, sendo definido que:

- Os *Bondholders* terão seus créditos reestruturados e pagos de acordo com o Plano de Recuperação, de acordo com a Opção C, escolhida pela maioria dos *Bondholders*.
- Credores da Opção A - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (ii) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (iii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos de juros foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.
- Credores Quirografários Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 1% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de

- julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção monetária anual, calculada pelo IPCA, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.
- Credores com Garantia Real Opção B - receberão seus créditos sem deságios, considerando: (i) pagamento de R\$10 à vista em 14 de abril de 2014 (i) juros de 4% a.a, incidentes sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação (20 de novembro de 2013), pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento em 30 de julho de 2014, os demais pagamentos em 30 de julho dos anos subsequentes pelo período de 22 (vinte e dois) anos contados da data da aprovação; (ii) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos; (iii) correção anual, calculada pela TR, incidente sobre o valor do saldo do principal a partir da data de aprovação, paga numa parcela única ao final do prazo de 22 anos; (iv) pagamento do principal ao fim do prazo de 22 anos, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados regularmente em 30 de julho de 2014.
 - Credores Opção C - credores que optaram por ceder até a totalidade de seus créditos - créditos cedidos pelos credores com garantia real ou pelos credores quirografários por obrigação principal para a Energisa, receberam o valor correspondente a 25% do valor dos respectivos créditos. O valor pago pela Cessão de Crédito não estava sujeito à atualização monetária.

Os créditos cedidos pelos credores referentes à Opção C serão pagos pela Rede Energia e CTCE à Energisa de acordo com as seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total do crédito não reestruturado a ser pago em parcela única em até 1 ano da data do pagamento da cessão, prorrogado pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento; (ii) o valor remanescente correspondente a 75% será pago ao fim do prazo de 22 anos em parcela única com juros capitalizados de 0,5% a.a incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Os pagamentos relativos às cessões foram realizados pela Energisa a partir de 14 de abril, 1º dia útil após a data em que a controladora Energisa assumiu o controle acionário das empresas.

Independente da opção escolhida, Credores Com Garantia Real e Credores Quirografários receberam, cada um, antes da incidência de deságio, R\$10.

Os créditos Quirografários decorrentes de multa foram pagos observados os seguintes parâmetros: (i) aplicação de redutor de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor da multa, sendo que tal redutor se justifica em razão da classificação em caso de falência; (ii) pagamento ou de outra forma satisfação do crédito efetivada no termo inicial de cumprimento do plano (60º dia a contar da data de homologação do plano de recuperação judicial); (iii) eventual opção por concordar com a redução de seus créditos em, no mínimo, 2/3 (dois terços) do valor das respectivas multas, de modo que foram pagos de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C, aplicando-se a fórmula ao crédito a título de multa após redutor de 2/3 (dois terços); (iv) para o caso de multa fixada em sentença judicial ou arbitral transitada em julgado antes da aprovação do plano, o valor será considerado, para todos os fins, como quirografário, de modo que o pagamento ocorrerá de acordo com as disposições relativas ao pagamento dos Credores Quirografários por Obrigação Principal da Opção C; e (v) o pagamento de multas fica limitado ao valor agregado de R\$65.000.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo síntese dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da controlada Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Tangará	CTCE	Total
Créditos adquiridos pela Energisa contra recuperandas	1.743.157	-	573.349	2.316.506
Valor pago/a pagar pelos créditos adquiridos (25%) (2)	429.200	-	65.792	494.992
Valores a pagar pelas recuperandas a credores que optaram por receber ao final de 22 anos com juros de 1%	456.182	102.410	97.754	656.346
Valores a pagar pelas recuperandas a credores com valores <10 mil	-	-	50	50
Valores a pagar pelas recuperandas a credores - multa 95%	-	-	62.574	62.574
Passivo Assumido no âmbito do Plano de Recuperação Judicial	<u>885.382</u>	<u>102.410</u>	<u>226.170</u>	<u>1.213.962</u>
Atualização (1)	82.065	17.884	28.669	128.618
Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	-	(87.097)	(493.680)
Descontos (1)	-	-	(59.444)	(59.444)
Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(120.294)	(69.362)	(622.013)
Total em 31 de dezembro de 2014 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	128.507	-	38.936	167.443
Movimentação 1º trimestre				
Atualização (1)	837	-	425	1.262
Ajuste a valor presente (1) e (3)	1.204	-	1.011	2.215
Movimentação 2º trimestre				
Atualização (1)	2.684	-	868	3.552
Ajuste a valor presente (1) e (3)	1.283	-	579	1.862
Total em 30 de junho de 2015 - Passivo Não Circulante (Empréstimos, Financiamentos e Fornecedores)	134.515	-	41.819	176.334

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período/exercício da controladora e consolidados.

(2) Aquisição de créditos realizados pela Energisa S.A os quais serão ressarcidos pela Companhia acrescido de juros de 12% ao ano.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital.

(4) Os pagamentos aos credores previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Companhia cerca de R\$26.781 e pela Energisa de R\$494.992. Em setembro de 2014, a dívida da controlada Tangará (geradora alienada em maio de 2015) com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579, foi liquidada.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 14 de agosto de 2015 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como "Controladora - BR GAAP";

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findado em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014"), publicado na imprensa oficial em 07 de abril de 2015.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014.

4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias incluem as informações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação
		30/06/2015 e 31/12/2014
Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica (*):		
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição	97,7
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	71,42
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	63,11
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição	100
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição	100
Demais empresas:		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial	Comerc. Energia	99,91
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,98
QMRA Participações S.A. - em Recuperação Judicial	Holding	100
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	Serviços	99,5
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	Agrícola	100
Companhia Geral	Serviços	63,97
Participação indireta (*):		
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	36,83

(*) Controladas incluídas no balanço consolidado a partir de 11 de abril de 2014.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

Informações sobre segmentos

Período findo em 30/06/2015 e 30/06/2014					
	Distribuição (*)	Comercialização	Serviços	30/06/2015	30/06/2014
Receitas Externas	3.602.392	-	683	3.603.075	1.395.259
Receitas Intersegmentos	-	-	13.549	13.549	3.784
Total	3.602.392	-	14.232	3.616.624	1.399.043
Receitas Financeiras	357.768	3.435	12.759	373.962	1.253.335
Despesas Financeiras	(448.571)	(5.052)	(67.147)	(520.770)	(221.823)
Total	(90.803)	(1.617)	(54.388)	(146.808)	1.031.512
Depreciação e amortização	284.232	3	648	284.883	72.860
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	101.782	(1.881)	209.274	309.175	1.710.485

(*) Resultados apurados a partir de 11 de abril de 2014.

	Distribuição	Comercialização	Serviços	30/06/2015	31/12/2014
Ativos dos segmentos divulgáveis	11.712.350	108.294	431.737	12.252.381	11.997.219
Ativo circulante	3.815.090	3.713	250.197	4.069.000	3.503.377
Ativo não circulante	7.897.260	104.581	181.540	8.183.381	8.493.842
Passivos dos segmentos divulgáveis	7.388.128	276.657	1.332.690	8.997.475	9.032.393
Passivo circulante	2.449.213	6.202	24.899	2.480.314	2.400.258
Passivo não circulante	4.938.915	270.455	1.307.791	6.517.161	6.632.135

Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento.

	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Receita				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	1.815.415	3.616.624	1.394.719	1.399.043
Eliminação de receitas intersegmentos	(8.080)	(13.549)	(3.784)	(3.784)
Receita líquida consolidada	1.807.335	3.603.075	1.390.935	1.395.259
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	149.474	284.883	72.572	72.860
Depreciação e amortização consolidada	149.474	284.883	72.572	72.860
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	200.340	373.962	1.146.142	1.253.335
Eliminação de receitas intersegmentos	56.230	(6.579)	-	-
Receita financeira consolidada	256.570	367.383	1.146.142	1.253.335
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(242.616)	(520.770)	(75.883)	(221.823)
Eliminação de receitas intersegmentos	(56.230)	6.579	-	-
Despesa financeira consolidada	(298.846)	(514.191)	(75.883)	(221.823)
Lucros				
Totais de lucros dos segmentos reportáveis	262.213	309.175	1.753.645	1.710.485
Lucro antes dos impostos	262.213	309.175	1.753.645	1.710.485

	30/06/2015	31/12/2014
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	12.252.381	11.997.219
Outros valores não alocados	(156.061)	(81.431)
Total Ativo consolidado	12.096.320	11.915.788
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	8.997.475	9.032.393
Outros valores não alocados	(156.061)	(81.431)
Total passivo consolidado	8.841.414	8.950.962

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Bradesco	CDB Automático	30/12/2015	20% do CDI	-	-	3.650	4.961
CEF	CDB	30/12/2016 a	100,0% a 100,5% do CDI	880	-	48.567	81.753
		22/08/2019					
CEF	Compromissada	30/12/2016 a	101,5% do CDI	-	-	-	102.554
		29/12/2017					
Caixa	Debentures (2)	06/04/2022	101,5% do CDI	31.649	-	31.649	-
Itaú	Compromissada	17/05/2017	90% do CDI	-	-	291	-
Itaú	CDB Automático	30/12/2015	20% do CDI	-	-	4.010	7.044
Itaú	Debentures (2)	30/07/2015	75% do CDI	-	-	21.930	-
Santander	Debentures (2)	09/01/2017 a	103,20% do CDI	31.942	3.744	141.662	77.603
		16/03/2017					
				64.471	3.744	251.759	273.915
Caixa e bancos				441	1.328	98.359	82.680
Total caixa e equivalente de caixa				64.912	5.072	350.118	356.595

b) Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Bradesco	CDB	20/03/2017	70% a 95,0% do CDI	-	-	1.126	1.392
Bradesco	Fundo de Investimento	-	101,84% do CDI	-	-	65.945	36.544
Banco do Brasil	CDB	08/03/2016 a 09/08/2019	95,0% a 100,0% do CDI	-	-	25.001	25.005
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	102,42% do CDI	-	-	-	136.769
BVA	CDB	31/05/2016	70% a 103,2% do CDI	-	-	4	4
CEF	CDB	18/01/2018 a 04/09/2019	100,0% a 100,5% do CDI	-	-	6.623	17.486
CEF	Deposito caução c/c	-	-	-	-	60	10
Itaú	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	-	-	36.662	38.479
Itaú	CDB	21/10/2015 a 13/04/2016	90,0% a 100% do CDI	-	-	981	936
Itaú	Debentures (2)	02/03/2016 a 30/09/2016	75,00% a 101,0% do CDI	-	-	51	49
Itaú Corp Plus	Fundo de Investimento	-	101,11% do CDI	55	51	55	51
Itaú TOP DI	Fundo de Investimento	-	100,50% do CDI	-	-	12.508	2.801
Modal	CCB	29/04/2016	243,17% a 264,52% do CDI	-	-	-	37.484
Safra	CDB	31/12/2015	101,00% do CDI	-	-	18	17
Safra	CDB	22/06/2016	10,00% do CDI	-	-	-	8
Santander	Automático	30/03/2016	102,10% do CDI	-	-	9	8
Votorantin	CDB	-	90,0% do CDI	-	-	-	8
Caixa FI Energisa	Fundo de investimento	-	108,1% do CDI	-	-	103.980	92.592
FIM Zona da Mata (3)	Fundo de investimento	-	96,40% do CDI	100.555	-	425.132	583.911
				100.610	51	678.155	973.554
Total: aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante				100.610	51	678.155	973.554

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

7 Clientes - consolidado

Classes de Consumo	Consolidado							
	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					Total	
		Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2015	31/12/2014
Residencial	160.231	124.155	29.020	10.020	1.858	4.525	329.809	263.092
Industrial	106.189	22.250	3.283	2.012	4.212	12.064	150.010	106.223
Comercial	118.815	38.248	8.034	4.033	3.778	9.050	181.958	143.008
Rural	45.987	15.448	6.812	2.621	783	853	72.504	51.861
Poder público:								
Federal	7.427	4.326	1.739	725	377	62	14.656	10.831
Estadual	16.326	2.675	1.655	401	112	26	21.195	17.332
Municipal	16.695	4.346	2.635	1.002	209	9.817	34.704	26.630
Iluminação pública	12.422	3.616	574	223	147	15.589	32.571	25.344
Serviço público	23.022	6.630	2.880	2.238	3.600	79.864	118.234	102.226
Parcelamento de Energia - Faturas Novadas	117.342	5.218	4.354	5.112	16.359	92.279	240.664	248.834
Ajuste Valor Presente (AVP) (2)	(10.315)	-	-	-	-	-	(10.315)	(11.223)
Subtotal - clientes	614.141	226.912	60.986	28.387	31.435	224.129	1.185.990	984.158
Concessionárias (3)	17.783	-	-	-	-	6.075	23.858	64.223
Fornecimento não faturado	345.587	-	-	-	-	-	345.587	267.970
Redução de uso do sistema de distribuição (4)	12.201	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros	63.768	7.726	3.465	1.267	9.825	20.991	107.042	111.136
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.424)	-	(10.826)	(14.444)	(28.745)	(251.195)	(341.634)	(349.593)
Total	1.017.056	234.638	53.625	15.210	12.515	-	1.333.044	1.090.095
Circulante	-	-	-	-	-	-	1.219.242	967.691
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	113.802	122.404

- (1) **Vencimentos:** são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) **Ajuste a Valor Presente:** Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor (antes dos tributos). Para o desconto a valor presente foi utilizado uma taxa de 11,36% a.a. (conforme Resolução Homologatória n.º 1.873 de 07 de abril de 2015), que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia elétrica, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL n.º 457 de 08/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração das controladas entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de clientes no consolidado, em 30 de junho de 2015, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$23.126 (R\$63.491 em 31 de dezembro de 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$91.863 (R\$58.861 em 31 de dezembro de 2014) e R\$14.411 (R\$5.611 em 31 de dezembro de 2014) de encargos de serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2015	31/12/2014
Créditos a vencer	21.150	61.515
Créditos vinculados a liminares	1.976	1.976
	23.126	63.491
(-) Aquisições de energia na CCEE	(91.863)	(58.861)
(-) Encargos de serviços do sistema	(14.411)	(5.611)
	(83.148)	(981)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida de outros passivos no consolidado.

8 Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Títulos de créditos a receber (a)	845	845	41.187	41.602
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (b)	-	-	50.258	50.258
Ajuste a valor presente	-	-	(22.632)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	-	-	(44.658)	(44.660)
	<u>845</u>	<u>845</u>	<u>24.155</u>	<u>24.568</u>
Circulante	845	845	7.696	8.210
Não circulante	-	-	16.459	16.358

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

- (a) Inclui valores devidos pelos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, referentes a faturas de energia elétrica pendentes de pagamento. Os referidos Municípios possuíam precatórios expedidos entre os anos de 2000 e 2001 e os cederam a controlada EMS, entre os anos de 2005 e 2006, para quitar as faturas. Até a presente data a controlada já recebeu 91% do valor devido. O saldo remanescente continuará a ser recebido conforme cronograma individual de pagamento de cada precatório. A Administração da controlada tem expectativa de que o saldo remanescente de R\$3.843 (R\$3.843 em 31 de dezembro de 2014) seja totalmente realizado.
- (b) Corresponde a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada contra o Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está em 15º lugar na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os 11 precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados (informação não revisada pelos auditores independentes).

Em 30 de junho de 2015, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	44.658
2015	5.848
2016	5.494
2017	5.797
2018	4.926
Após 2018	2.090
Total	<u>68.813</u>

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	30/06/2015	31/12/2014
Saldos iniciais - 31/12/2014 e 31/12/2013	394.253	9.134
Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	-	429.433
Reversão constituída no período	(7.961)	(44.314)
Saldos - finais - 30/06/2015 e 31/12/2014	386.292	394.253
Clientes, consumidores e concessionárias.	341.634	349.593
Títulos de créditos a receber	44.658	44.660

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Para os títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

10 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	9.818
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	6.282	5.012
Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	6.395
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	12.575
Companhia de Força e Luz do Oeste - CFLO	-	1.221
Multi Serviços Energisa S/A (atual denominação social de Rede Serviços S/A)	4.572	4.027
Rede Power S/A	3.387	2.924
Total - Circulante	14.241	41.972

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	119.833	117.883
Imposto de Renda Retido Fonte - IRRF	3.363	2.707	16.519	5.823
Imposto de Renda - IRPJ	14.327	17.267	114.288	97.869
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	2.523	2.523	28.404	28.435
PIS e COFINS	4.857	4.858	43.834	26.952
Outros	-	-	11.928	8.474
	25.070	27.355	334.806	285.436
Circulante	17.690	24.832	211.492	169.937
Não circulante	7.380	2.523	123.314	115.499

12 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores(%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.873, de 07/04/2015	-0,38%	08/04/2015
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 1.874 de 07/04/2015	3,22%	08/04/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

Reajuste tarifário extraordinário:

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

A partir de janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido;

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada quatro anos na ETO, Caiuá, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO e a cada cinco anos na EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (Início)
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

13 Ativos e passivos regulatórios - consolidados

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Conta Consumo de Combustível - CCC	5.630	2.613
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	105.575	3.664
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	10.844	8.557
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	4.340	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	1.580	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	87.892	67.396
Energia elétrica comprada para revenda	563.572	459.084
Sobrecontratação de energia (ii)	15.319	41.996
Itens financeiros		
Exposição de submercados	10.699	-
Outros itens financeiros	14.661	11.439
Neutralidade da Parcela A (iv)	892	-
Total Ativo Regulatório	821.004	594.749
Circulante	545.906	159.552
Não Circulante	275.098	435.197
Passivos regulatórios	30/06/2015	31/12/2014
Itens da Parcela A (i)		
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	68	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	227.967	220.133
Energia elétrica comprada para revenda	46.277	-
Sobrecontratação de energia (ii)	209.234	176.988
Itens financeiros		
Outros itens financeiros	21.897	31.428
Neutralidade da Parcela A (iv)	15.117	-
Total Passivo Regulatório	520.560	428.549
Circulante	408.155	76.758
Não Circulante	112.405	351.791
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	300.444	166.200

Efeito na demonstração do resultado	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Receita operacional	61.937	92.861
Outras receitas financeiras	25.673	41.383
Total - resultado	87.610	134.244

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou

positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobre contratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários.

(iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

As controladas assinaram junto a ANEEL, aditivos aos contratos de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços e no resultado financeiro.

14 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Baixa renda (1)	-	-	13.892	21.172
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	63.399	56.393
Ordens de desativação em curso	-	-	9.025	7.170
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	17.919	13.419
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	2.153	2.450
Adiantamentos	-	109	15.752	13.932
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	282.446	167.915
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber -CELPA - em Recuperação Judicial (4)	2.864	2.926	32.844	31.856
ICMS - Aquisição de crédito de terceiros (5)	-	-	11.246	11.246
Sub-rogação do CCC (6)	-	-	37.871	42.857
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos (7)	4.304	12	19.336	13.540
Aquisição de combustível para conta CCC	-	-	23.488	12.663
Ativos mantidos para venda	-	-	-	4.597
Padrão de Energia	-	-	3.621	4.969
Despesas pagas antecipadamente	-	-	3.809	6.538
Crédito a receber Banco Pine	1.663	1.663	2.017	1.663
Reembolso CDE - bandeira tarifária	-	-	7.009	-
Outros	3.395	3.272	26.165	29.839
Total	12.226	7.982	571.992	442.219
Circulante	11.781	7.537	494.426	360.433
Não circulante	445	445	77.566	81.786

(1) Baixa renda - consolidado

	EMT	ETO	EMS	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUÁ	Total
Saldos consolidados em 31/12/2014	6.543	4.045	6.401	1.123	337	493	320	1.910	21.172
Subvenção baixa renda	15.386	10.483	15.049	1.926	692	364	922	1.863	46.685
Ressarcimento Eletrobrás	(17.694)	(11.481)	(17.494)	(2.543)	(737)	(549)	(984)	(2.483)	(53.965)
Saldos consolidados em 30/06/2015	<u>4.235</u>	<u>3.047</u>	<u>3.956</u>	<u>506</u>	<u>292</u>	<u>308</u>	<u>258</u>	<u>1.290</u>	<u>13.892</u>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos. Em julho de 2015 foram recebidos o montante de R\$6.941 referente à subvenção baixa renda.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMT	ETO	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	EMS	CAIUÁ	Total
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	394.381	80.046	30.618	30.834	36.136	2.855	95.919	26.887	697.676
Ressarcimento pela Eletrobrás	(261.299)	(48.236)	(21.039)	(21.546)	(24.013)	(1.913)	(17.645)	(19.539)	(415.230)
Saldos consolidados em 30/06/2014	<u>133.082</u>	<u>31.810</u>	<u>9.579</u>	<u>9.288</u>	<u>12.123</u>	<u>942</u>	<u>78.274</u>	<u>7.348</u>	<u>282.446</u>

Em 30 de junho de 2015, os saldos em aberto correspondem a subvenção incorrida nos meses de novembro de 2014 a junho de 2015, cujo ressarcimento a administração das controladas espera receber da CDE no terceiro trimestre.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que as controladas EMT, EMS, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Rede Serviços tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas

semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente a receber dos créditos a receber.

(5) Crédito ICMS

Créditos de ICMS adquiridos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) localizadas no estado de Mato Grosso. Os referidos créditos foram habilitados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (PAC - Pedido de Habilitação de Crédito) e posteriormente compensados (RUC - Registro de Utilização de Crédito), ambos expedidos pelo sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso. Posteriormente à habilitação do pedido e do registro, houve a notificação por parte do fisco estadual questionando o gerador sobre a validade do procedimento de habilitação do crédito. Solidariamente, a controlada EMT também foi notificada e diante disso suspendeu o aproveitamento do direito até a definição do recurso interposto pela geradora. O Ativo está vinculado a uma obrigação com o gerador que será exigida após a conclusão da ação.

(6) Sub-rogação CCC

Sub-rogação CCC: Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 no primeiro trimestre de 2015, totalizando R\$35.275;
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$1.752 até 30 de junho de 2015, totalizando R\$2.967.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio como segue:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2015	31/12/2014
Sistema de Transmissão Juruena	Em serviço	52.135	43.859	35.275	8.584	11.818
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	Em serviço	45.166	32.254	2.967	29.287	31.039
Total		97.301	76.113	38.242	37.871	42.857
Circulante (Principal)					9.182	12.386
Circulante (Variação IGP-M)					950	1.118
Total do Circulante					10.132	13.504
Não Circulante (Principal)					25.139	26.922
Não Circulante (Variação IGP-M)					2.600	2.431
Total do Não circulante					27.739	29.353

(7) Créditos com terceiros

Esses créditos com terceiros referem-se à valores a receber da venda de ativos alienados.

15 Transações com partes relacionadas

A Companhia detém o controle acionário direto nas empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%), Denerge (11,79%) e Energisa (14,95%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM é controlada pela Energisa (89,61%) e JQMJ (10,38%). A Energisa controla a JQMJ (99,99%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio.

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	91.916	-	86.882
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia - RJ	3.569	-	3.569	-
. Companhia Geral	8	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	28.024	2.418	45.264	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - RJ	19.351	-	19.351	-
. QMRA Participações S/A	1.069	-	-	-
. QMRA Participações S/A - RJ	716	-	716	-
. BBPM Participações S/A	-	2.702	-	2.560
. JQMJ Participações S/A	-	890	-	820
. Energisa S/A	19.460	-	-	7.560
. Energisa S/A - RJ (3)	-	515.084	-	474.541
. Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	-	-	105.030
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	448	-	41.497	-
. Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação da Rede Eletricidade e Serviços S/A)	4.398	-	-	1.639
. Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A	-	1.836	-	19.806
. Acceptor Consultoria e Corretagem de seguros	-	1.096	-	1.011
. Rede Power do Brasil S/A	-	1.219	-	993
	77.043	617.161	110.397	700.842
Circulante	-	-	-	474.541
Não Circulante	77.043	617.161	110.397	226.301
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (2):				
. Companhia Geral	434	-	434	-
. QMRA Participações S/A	3.896	-	3.896	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	3.066	-	3.066	-
. Rede Power do Brasil S/A	157.610	-	157.610	-
. Caiuá Distribuidora de Energia S/A	22.590	-	22.590	-
	187.596	-	187.596	-
Total	264.639	617.161	297.993	700.842

- (1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2016, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.
- (2) Refere-se a Adiantamento para futuro aumento de capital que não possui remuneração.
- (3) Os créditos a receber da Rede Energia S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 (um) ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 (vinte e dois) anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 (dez) anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 (vinte e dois) anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% (meio por cento) ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

Consolidado:

Saldos dos ativos:

		Rede Energia	CTCE	Rede Serviços	QMRA	30/06/2015	31/12/2014
Estado de Tocantins	créditos a receber (2)	91.717	-	-	-	91.717	106.328
Denerge	Mútuo (1)	47.375	-	10.102	-	57.477	74.140
Energisa	Mútuo (1)	19.460	-	-	60.211	79.671	-
EEVP	Mútuo (1)	448	8	4.730	-	5.186	45.976
		159.000	8	14.832	60.211	234.051	226.444

- (1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30/10/2014, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

- (2) Créditos a receber:

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semaforica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante de R\$71.757, em 30 de junho de 2015, considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$19.960 (R\$18.283 em 31 de dezembro de 2014). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

A Administração da Companhia espera receber os recursos de seu acionista em curto prazo.

Saldos dos passivos:

		Rede Energia	CTCE	QMRA	Rede Power	Cia Geral	Rede Serviços	30/06/2015	31/12/2014
Acceptor	Mútuo	1.096	-	-	-	-	-	1.096	1.011
JQMJ	Mútuo	890	-	-	-	-	-	890	820
BBPM	Mútuo	2.702	3.681	101	11	34	-	6.529	6.335
Energisa S.A.	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	7.560
Energisa S.A. - RJ	Créditos adquiridos - RJ	515.084	76.613	16.891	-	-	-	608.588	546.793
Denerge	Mútuo	2.418	-	-	-	-	-	2.418	-
Rede Peixe	Mútuo	-	-	-	-	-	380	380	360
		522.190	80.294	16.992	11	34	380	619.901	562.879
Circulante		-	-	-	-	-	-	-	546.793
Não Circulante		522.190	80.294	16.992	11	34	380	619.901	16.086

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas, referente a juros dos contratos de mútuos:

Controladora:

Empresas	Receitas /(-) Despesas financeira
Empresa Elétrica Bragantina S/A	(2.995)
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A	1.295
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	(5.142)
QMRA Participações S/A	25
Rede Power S/A	(290)
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede Eletricidade de Serviços S/A)	56
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	(87)
JQMJ Participações S/A	(70)
BBPM Participações S/A	(221)
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	2.770
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	2.456
Energisa S/A	(43.349)
30/06/2015	(45.552)
30/06/2014	44.511

Consolidado:

Empresas	Receitas /(-) Despesas financeira						
		Rede Energia	QMRA	CTCE	Multi Energia	30/06/2015	30/06/2014
Energisa S.A	Mútuo	(43.349)	813	(4.364)	-	(46.900)	(7.394)
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	Mútuo	(87)	-	-	-	(87)	-
Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A	Mútuo	2.456	-	-	-	2.456	-
Denerge S/A	Mútuo	2.770	-	-	-	2.770	-
BBPM Participações S/A	Mútuo	(221)	(6)	(174)	(3)	(404)	(2)
JQMJ Participações S/A	Mútuo	(70)	-	-	-	(70)	-
Total		(38.501)	807	(4.538)	(3)	(42.235)	(7.396)

Empresas	30/06/2015	
		Energisa Soluções S/A
Energisa Mato Grosso S/A	Serviços contratados	3.342
Caiua Distribuição de Energia S/A	Serviços contratados	2.107
Empresa Elétrica Bragantina S/A	Serviços contratados	1.091
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	Serviços contratados	170
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	Serviços contratados	44
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	Serviços contratados	327
Total		7.081

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de junho de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração fiscal e estatutária foi de R\$48 (R\$113 em 30 de junho de 2014) na controladora e R\$197 (R\$362 em 30 de junho de 2014) no consolidado, e da Diretoria foi de R\$3.167 (R\$1.714 em 30 de junho de 2014), no consolidado. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$191 (R\$177 em 30 de junho de 2014) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$1.005 (R\$640 em 30 de junho de 2014) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente no consolidado foi de R\$68 e R\$2 (R\$63 e R\$1 em 30 de junho de 2014) no consolidado. A remuneração média mensal no período findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$19 (R\$6 em 30 de junho de 2014) no consolidado.

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo de 2015 no montante de R\$3.000 (R\$3.000 para o exercício de 2014), na controladora.

16 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no consolidado no montante de R\$144.823 (R\$99.743 em 31 de dezembro de 2014), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Ativo		
Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social	144.823	99.743
Diferenças temporárias	338.601	457.858
Créditos fiscais não reconhecidos - Instrução 371 - CVM	(73.729)	(73.728)
Total - ativo não circulante	409.695	483.873

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	320.751	319.384	1.039.396	1.151.240
Contribuição Social	115.470	114.978	374.183	414.446
Total - passivo não circulante	436.221	434.362	1.413.579	1.565.686
Totais passivos fiscais diferido Líquido	436.221	434.362	1.003.888	1.081.813

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Consolidado			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social	425.950	144.823	400.769	136.261
Créditos fiscais - ágio	137.615	46.789	146.041	49.654
Provisão ajuste atuarial	10.456	3.555	11.505	3.912
Provisões para riscos	492.206	167.350	538.671	183.148
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	563.083	191.448	571.044	194.155
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras).	128.248	43.604	62.703	21.319
Marcação a Mercado - derivativos	1.329	452	-	-
Ajustes a valor presente	14.761	5.019	22.632	7.695
Outras adições/(exclusões) temporárias	102.870	34.976	143.929	48.935
Passivos regulatórios (CVA 'S)	(300.444)	(102.151)	(166.200)	(56.508)
Créditos Tributários não reconhecidos - Inst. 371 CVM	(324.254)	(110.246)	(324.254)	(110.246)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(46.835)	(15.924)	16.317	5.548
Total - ativo não circulante	1.204.985	409.695	1.423.157	483.873

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Ano	Consolidado
2015	30.949
2016	78.119
2017	53.042
2018	42.446
2019 a 2024	205.139
Total	409.695

	Controladora			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	1.728.274	587.613	1.720.463	584.957
Deságio sobre investimento EMS	104.587	35.560	104.587	35.560
Prejuízo fiscal e base negativa utilizável na realização				
Das diferenças temporárias (30%)	(549.858)	(186.952)	(547.515)	(186.155)
Total passivo não circulante	1.283.003	436.221	1.277.535	434.362

	Consolidado			
	30/06/2015		31/12/2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	2.391.385	813.071	2.439.985	829.595
Mais Valia	2.035.633	692.113	2.402.633	816.895
Deságio sobre investimento EMS	188.981	64.255	188.939	64.239
Encargos sobre reservas de reavaliação	255.542	86.884	275.157	93.553
Outras exclusões temporárias	-	-	22.281	7.576
Prejuízo fiscal e base negativa utilizável na				
Realização das diferenças temporárias (30%)	(713.953)	(242.744)	(724.035)	(246.172)
Total passivo não circulante	4.157.585	1.413.579	4.604.960	1.565.686

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora							
	01/04/2015 a 30/06/2015		01/01/2015 a 30/06/2015		01/04/2014 a 30/06/2014		01/01/2014 a 30/06/2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	249.059	249.059	291.786	291.786	1.366.701	1.366.701	1.376.644	1.376.644
Adições (exclusões) permanentes:								
Equivalência Patrimonial	(15.944)	(15.944)	(87.572)	(87.572)	(24.080)	(24.080)	(50.675)	(50.675)
Reversão de Provisão - Venda de Ativos de Geração	(299.679)	(299.679)	(299.679)	(299.679)	-	-	-	-
Outras adições permanentes	(4.226)	(4.226)	2.141	2.141	(28.600)	(28.600)	(881)	(881)
Base de cálculo dos tributos	(70.790)	(70.790)	(93.324)	(93.324)	1.314.021	1.314.021	1.325.088	1.325.088
Alíquotas fiscais aplicadas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	17.698	6.371	23.331	8.399	(328.505)	(118.262)	(331.272)	(119.258)
Créditos fiscais não constituídos	(17.474)	(6.290)	(24.698)	(8.891)	105.658	38.145	105.658	38.145
Receitas (despesas) com tributos	224	81	(1.367)	(492)	(222.847)	(80.117)	(225.614)	(81.113)
Alíquota efetiva	-	-	0,47%	0,17%	16,81%	6,04%	16,39%	5,89%

	Consolidado							
	01/04/2015 a 30/06/2015		01/01/2015 a 30/06/2015		01/04/2014 a 30/06/2014		01/01/2014 a 30/06/2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	262.213	262.213	309.175	309.175	1.616.053	1.616.053	1.626.083	1.626.083
Adições (exclusões) permanentes:								
Despesas Inedutíveis	1.376	16	1.376	16	-	-	-	-
Reversão de Provisão - Venda de Ativos de Geração	(299.679)	(299.679)	(299.679)	(299.679)	-	-	-	-
Outras adições permanentes	(27.770)	8.270	(29.038)	9.590	(18.895)	(18.895)	(17.602)	(17.602)
Base de cálculo dos tributos	(63.860)	(29.180)	(18.166)	19.102	1.597.158	1.597.158	1.608.481	1.608.481
Alíquotas fiscais aplicadas	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	15.965	2.626	4.541	(1.719)	(399.290)	(143.744)	(402.120)	(144.763)
Redução de Imposto de Renda e Adicionais (*)	17.191	-	16.544	-	-	-	-	-
Créditos fiscais não constituídos	(17.635)	(6.348)	(14.258)	(5.133)	8.594	3.094	8.594	3.093
Receitas (despesas) com tributos	15.521	(3.722)	6.827	(6.852)	(390.696)	(140.650)	(393.526)	(141.670)
Alíquota efetiva	-	1,42%	-	2,22%	24,18%	8,70%	24,20%	8,71%

(*) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM-augeridos no período findo em 30 de junho de 2015 monta em R\$16.544, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. No período a controlada EMT não apurou base de cálculo do lucro de exploração.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

17 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM que no período gerou um valor de R\$63.152, registrado em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR no consolidado.

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no ativo circulante e não circulante no consolidado.

Segue as modificações ocorridas pelas controladas:

	EMT	ETO	EMS	CAIUA	CNEE	CFLO	EEB	EDEVP	Total
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2014	878.868	428.595	318.859	131.543	64.314	20.257	133.937	88.715	2.065.088
Adições no período	71.120	28.883	38.259	16.772	13.951	2.440	8.496	5.835	185.756
Baixas no período	(2.506)	(5.759)	(642)	(3.061)	(1.003)	(191)	(807)	(2.587)	(16.556)
Subtotal	947.482	451.719	356.476	145.254	77.262	22.506	141.626	91.963	2.234.288
Atualização contas a receber da Concessão - VNR	29.044	11.846	9.358	3.455	1.554	466	3.627	3.802	63.152
Ativo financeiro Custo corrigido - 30/06/2015	976.526	463.565	365.834	148.709	78.816	22.972	145.253	95.765	2.297.440
Circulante	-	-	-	148.709	78.816	22.972	145.253	95.765	491.515
Não Circulante	976.526	463.565	365.834	-	-	-	-	-	1.805.925

A partir de julho de 2015 as controladas Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste, estarão transferindo o saldo do contas a receber da concessão para o intangível em face de que em 02 de junho de 2015, ter sido editado Decreto nº 8.461/2015, publicado no Diário Oficial em 03 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. (vide nota explicativa nº1).

18 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Participação em controladas	3.305.881	3.350.056	-	-
Outros	103	103	4.623	4.791
Total	3.305.984	3.350.159	4.623	4.791

Participação em controladas:

30/06/2015									
Controladas	Informações sobre as controladas							Informações sobre o investimento da controladora	
	Capital social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	40.948	1.172	91,45	335.640	288.748	46.891	(7.605)	(6.954)	42.881
Companhia Nacional de Energia Elétrica	28.000	2.365	98,69	185.923	108.045	77.878	4.810	4.747	76.859
Companhia Força e Luz do Oeste	11.500	346.455	97,70	81.602	59.866	21.735	(57)	(56)	21.236
Energisa Tocantins	342.969	532	71,42	1.776.065	975.779	800.286	23.451	16.742	571.564
Energisa Mato Grosso	1.118.910	170.329	57,67	5.399.678	3.533.519	1.866.158	30.874	17.805	1.076.214
QMRA Participações S.A.	1.185.838	2.408.385	100,00	64.164	45.424	18.740	(1.058)	(1.059)	18.740
Energisa Mato Grosso do Sul	595.650	63.116.354	63,11	3.252.914	1.935.722	1.317.192	35.817	22.608	831.280
Rede Power do Brasil S.A.	70.000	98	99,98	516.546	56.391	460.156	13.621	13.620	460.095
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	283.267	283.651	100,00	384.308	312.429	71.879	2.423	2.423	71.879
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	119.905	119.905	100,00	296.221	174.019	122.202	253	253	122.202
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	500	1	99,91	108.294	276.657	(168.363)	12.969	12.958	-
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	1.830	1	99,50	38.766	27.932	10.834	3.395	5.346	10.779
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	1.112	1	100,00	2.207	178	2.029	106	(840)	2.029
Cia Geral	443	8	63,97	4	57	(53)	(34)	(21)	123
Total								87.572	3.305.881

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$168.211, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

31/12/2014

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	Capital social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial (2)	Investimentos
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	40.948	1.172	91,45	408.070	332.599	75.471	469	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica	28.000	2.365	98,69	216.645	126.830	89.815	12.842	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste	11.500	346.455	97,70	71.328	45.787	25.541	(2.874)	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins	342.969	531.932	71,42	1.622.161	842.097	780.064	13.242	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso	1.118.910	170.329	57,67	5.307.657	3.472.373	1.835.284	32.542	14.591	1.058.409
QMRA Participações S.A.	1.185.838	2.408.385	100	59.696	39.897	19.799	122.141	122.134	19.799
Energisa Mato Grosso do Sul	595.650	63.116.354	63,11	3.276.565	1.914.085	1.362.480	67.498	42.974	859.861
Rede Power do Brasil S.A.	70.000	98	99,98	510.678	56.227	454.451	167.485	180.067	454.391
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	283.267	283.651	100	369.663	300.207	69.456	9.863	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	119.905	119.905	100	301.249	179.300	121.949	3.255	3.255	121.949
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	500	1	99,91	102.756	284.088	(181.332)	459.289	452.542	-
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	1.830	1	99,50	24.883	18.403	6.480	1.000	1.408	6.448
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	25.438	25	100	20.255	386	19.869	1.756	973	19.869
Cia Geral	443	8	63,97	28	47	(19)	(25)	(290)	144
Total								850.341	3.350.056

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$181.166, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

(2) No período findo em 30 de junho de 2014, foi registrado o montante de R\$50.675 (R\$24.080 no trimestre findo em 30 de junho de 2014) referente a equivalência patrimonial.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	31/12/2014	Subscrição/ aquisição/redução/ adiant. para futuro aumento de capital/compra de ações	Dividendos	Equivalência patrimonial	30/06/2015
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (1)	69.017	-	(19.182)	(6.954)	42.881
Companhia Nacional de Energia Elétrica (1)	88.637	-	(16.525)	4.747	76.859
Companhia Força e Luz do Oeste (1)	24.954	-	(3.662)	(56)	21.236
Energisa Tocantins (1)	557.122	-	(2.300)	16.742	571.564
Energisa Mato Grosso (1)	1.058.409	-	-	17.805	1.076.214
QMRA Participações S.A.	19.799	-	-	(1.059)	18.740
Energisa Mato Grosso do Sul (1)	859.861	-	(51.189)	22.608	831.280
Rede Power do Brasil S.A.	454.391	-	(7.916)	13.620	460.095
Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1)	69.456	-	-	2.423	71.879
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (1)	121.949	-	-	253	122.202
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (2)	-	-	-	12.958	-
Multi Energisa Serviços S.A (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	6.448	-	(1.015)	5.346	10.779
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. (3)	19.869	(17.000)	-	(840)	2.029
Cia Geral	144	-	-	(21)	123
Total	3.350.056	(17.000)	(101.789)	87.572	3.305.881

(1) Patrimônio líquido a valor justo;

(2) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(3) Refere-se a redução do capital da controlada.

Controladas	2013	Investimentos cujo controle foi readquirido 11/04/2014 (3)	Subscrição/ aquisição/ adiant. Para futuro aumento de capital/compra de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência patrimonial (4)	2014
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (1)	-	74.554	-	(6.395)	370	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica (1)	-	85.030	-	(9.332)	192	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste (1)	-	27.912	-	(1.221)	693	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins (1)	-	518.841	37.240	(12.575)	1.597	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso (1)	-	1.051.509	-	(9.818)	2.127	14.591	1.058.409
QMRA Participações S.A.	3.896	(106.231)	-	-	-	122.134	19.799
Energisa Mato Grosso do Sul (1)	-	821.701	-	(5.012)	198	42.974	859.861
Tangará Energia S.A. (5)	55.785	-	-	-	-	(129.505)	-
Rede Power do Brasil S.A.	132.716	(13.192)	157.609	(2.924)	115	180.067	454.391
Caiuá Distribuição de Energia S.A. (1)	-	36.318	22.590	-	685	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Parapanema S.A. (1)	-	118.350	-	-	344	3.255	121.949
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (2)	-	-	3.066	-	-	452.542	-
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	5.403	-	-	(236)	(127)	1.408	6.448
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. Cia Geral	11.676	-	7.220	-	-	973	19.869
Passivo reclassificado para disponível para venda (5)	-	-	434	-	-	(290)	144
	-	-	-	-	-	129.505	-
Total	209.476	2.614.792	228.159	(47.513)	6.194	850.341	3.350.056

(1) Patrimônio líquido a valor justo;

(2) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(3) Investimentos avaliados a valor justo, cujos saldos iniciais foram transferidos da rubrica ativos financeiros - investimentos classificados como disponíveis para venda;

(4) Inclui R\$4.177 na ETO e R\$ 4.220 na Vale do Vacaria referente ganhos apurados em novas aquisições de ações; e R\$22.976 referente a perda de capital por redução de percentual de participação;

(5) Ativo transferido para ativos disponíveis para venda.

Provisão para perdas - investimento:

	Controladora	
	30/06/2015	31/12/2014
Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	168.211	181.166
Total - passivo não circulante	168.211	181.166

19 Imobilizado - Consolidado

Imobilizado	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo 30/06/2015
Imobilizado em Serviço					
Custo:					
Edificações e benfeitorias	325	-	-	-	325
Máquinas e equipamentos	2.756	-	6.859	-	9.615
Veículos	38.311	-	-	-	38.311
Móveis e utensílios	932	-	9	-	941
Total do imobilizado em serviço	42.324	-	6.868	-	49.192
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(128)	-	-	(8)	(136)
Máquinas e equipamentos	(2.678)	-	-	(176)	(2.854)
Veículos	(24.729)	-	-	(2.737)	(27.466)
Móveis e utensílios	(482)	-	-	(28)	(510)
Total Depreciação acumulada	(28.017)	-	-	(2.949)	(30.966)
Subtotal Imobilizado	14.307	-	6.868	(2.949)	18.226
Imobilizado em curso	14	8.322	(6.868)	-	1.468
Total do Imobilizado	14.321	8.322	-	(2.949)	19.694

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas (%)
Reservatório, barragens, adutoras e terras	2,00
Edificações e benfeitorias	3,38
Máquinas e equipamentos	6,25
Veículos	14,29
Móveis e utensílios	6,25

20 Intangível

20.1 Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2015
Intangível em Serviço						
Custo	9.554.046	-	180.099	(59.181)	-	9.674.964
Amortização Acumulada	(4.074.798)	-	-	39.198	(348.650)	(4.384.250)
Subtotal	5.479.248	-	180.099	(19.983)	(348.650)	5.290.714
Em Curso	792.853	454.196	(180.099)	(215.100)	-	851.850
Total Intangível	6.272.101	454.196	-	(235.083)	(348.650)	6.142.564
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	1.675.109	9.514	9.693	-	-	1.694.316
Amortização Acumulada	(654.542)	-	-	-	(49.186)	(703.728)
Subtotal	1.020.567	9.514	9.693	-	(49.186)	990.588
Em Curso	269.902	52.679	(9.693)	(29.344)	-	283.544
Total das Obrigações vinculadas à concessão	1.290.469	62.193	-	(29.344)	(49.186)	1.274.132
Total Intangível	4.981.632	392.003	-	(205.739)	(299.464)	4.868.432

(*) Do total das baixas no total de R\$205.739, foi transferido R\$185.756 para o contas a receber da concessão e R\$19.983 referem-se a baixas realizadas no período.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são: EDEVP 4,15%, EMT 3,95%, CAIUA 4,06%, ETO 3,87%, EEB 4,01%, CNEE 3,98%, CFLO 4,46%, EMS 4,32%.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2015	31/12/2014
Contribuições do consumidor	1.719.837	1.527.961
Participação da União - recursos CDE	1.056.076	1.040.274
Participação do Governo do Estado	233.303	219.360
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	109.138	86.473
(-) Amortização acumulada	(703.728)	(654.542)
Total	2.414.626	2.219.526
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.140.494	929.057
Infraestrutura - Intangível em serviço	990.588	1.020.567
Infraestrutura - Intangível em curso	174.406	183.429
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	109.138	86.473
Total	2.414.626	2.219.526

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

As controladas passaram a amortizar as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) a partir da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em: CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUA (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008) pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo a CNEE, EDEVP, CAIUA em 12 de Maio/2012, CFLO em 29 de Junho/2012, ETO em 04 de Julho/2012, EMT e EMS em 08 de Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Em 30 de junho de 2015, o montante contabilizado naquela rubrica no consolidado foi de R\$109.138 (R\$86.473 em 31 de dezembro de 2014).

A ABRADDE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos

contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30 de junho de 2015, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizaram-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média WACC (7,50%), representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento: (1)				
CCEE	-	-	91.863	58.861
Contratos Bilaterais (1)	-	-	809.830	817.237
Uso de rede básica (1)	-	-	-	126
Encargos de Serviço no sistema (1)	-	-	8.000	5.611
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	14.411	11.308
Materiais, serviços e outros (2)	413	262	107.442	126.390
Total	413	262	1.031.546	1.019.533
Circulante	413	262	672.900	665.924
Não Circulante	-	-	358.646	353.609

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$351.677 (R\$427.632 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$351.140 (R\$351.140 em 31 de dezembro de 2014) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. No 1º semestre de 2015 foram pagos parcelamento de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$22.974 e reconhecido R\$29.100 de atualização financeira.

(2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

22 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
REDE ENERGIA	Em moeda nacional						
	BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. (BICBANCO) Opção A	331	-	3.999	4.330	4.026	
	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (Opção A)	1.262	-	8.818	10.080	9.408	
	EMPRÉSTIMOS CREDORES "RJ" (OPÇÃO C)	-	-	74.281	74.281	75.723	
	Total em moeda nacional	1.593	-	87.098	88.691	89.157	
Total REDE ENERGIA	1.593	-	87.098	88.691	89.157		
CAIUÁ	Em moeda nacional						
	Santander - 270626414	81	-	8.500	8.581	8.579	
	ELETROBRÁS - EFS00042/2004	7	322	81	410	564	
	HP leasing	-	-	-	-	24	
	Total em moeda nacional	88	322	8.581	8.991	9.167	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	243	-	80.337	80.580	68.986	(1)
	Bank of America Merrill Linch	47	-	39.969	40.016	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	290	-	120.306	120.596	68.986	
	Total CAIUÁ	378	322	128.887	129.587	78.153	
ETO	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	2	947	79	1.028	1.499	
	ELETROBRÁS	118	18.535	95.756	114.409	123.649	
	Banco Santander	75	-	7.867	7.942	7.929	
	Banco Santander	718	-	75.133	75.851	75.730	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
	Total em moeda nacional	913	19.482	178.835	199.230	208.819	
	(-) custos de captação incorridos na contratação		(342)	(580)	(922)	(806)	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Itaú BBA	6.672	-	201.762	208.434		(1)
Total em moeda estrangeira	6.672	-	201.762	208.434			
Total ETO	7.585	19.140	380.017	406.742	208.013		
CTCE	Em moeda nacional						
	BANCO BMG S/A - Opção A	-	441	3.086	3.527	3.292	
	Total em moeda nacional	-	441	3.086	3.527	3.292	
	Total CTCE	-	441	3.086	3.527	3.292	
EMS	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	32	12.087	34.398	46.517	52.647	
	SAFRA	-	188	-	188	381	
	SAFRA	-	46	-	46	96	
	HP leasing	-	-	-	-	29	
	VOLKSWAGEN	-	-	-	-	246	
	Banco Itaú - Nota promissória de Crédito	-	-	-	-	105.448	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.205	-	289.821	292.026	289.821	
	Total em moeda nacional	2.237	12.321	324.219	338.777	448.668	
	Em moeda estrangeira						
Banco Merrill Lynch	179	-	97.566	97.745	-		
Total em moeda estrangeira	179	-	97.566	97.745	-		
Total EMS	2.416	12.321	421.785	436.522	448.668		
EMT	Em moeda nacional						
	ELETROBRÁS	4	42.940	283.106	326.050	347.519	
	FIBRA/BTG	20	1.975	-	1.995	7.971	
	HP004365ER14V6	-	-	-	-	27	
	Banco JP Morgan - CCB	33	14.857	13.619	28.509	35.960	
	Finame - SAFRA	-	67	-	67	107	
	Banco Santander	306	-	32.000	32.306	32.270	
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	2.634	-	351.415	354.049	353.573	
Total em moeda nacional	2.997	59.839	680.140	742.976	777.427		

Empresa	Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
			Circulante	Não Circulante	30/06/2015	31/12/2014	
	Em moeda estrangeira						
	Banco Merrill Lynch	25	11.282	10.342	21.649	23.374	(1)
	Cessna Finance	7	4.962	34.602	39.571	35.898	
	Total em moeda estrangeira	32	16.244	44.944	61.220	59.272	
	Total EMT	3.029	76.083	725.084	804.196	836.699	
	Em moeda nacional						
CNEE	ELETOBRÁS - ECF00041/2004	5	64	16	85	117	
	HP leasing	-	-	-	-	8	
	Total em moeda nacional	5	64	16	85	125	
	Total CNEE	5	64	16	85	125	
	Em moeda nacional						
CFLO	ELETOBRÁS - ECF00127/2005	1	64	92	157	189	
	HP leasing	-	-	-	-	7	
	Total em moeda nacional	1	64	92	157	196	
	Em moeda estrangeira						
	Itaú - 127828397	316	23.775	-	24.091	-	(1)
	Total em moeda estrangeira	316	23.775	-	24.091	-	
	Total CFLO	317	23.839	92	24.248	196	
	Em moeda nacional						
EDEVP	ELETOBRÁS - ECF00040/2004	6	269	67	342	478	
	HP leasing	-	-	-	-	12	
	Total em moeda nacional	6	269	67	342	490	
	Em moeda estrangeira						
	SANTANDER - 4068070	65	10.239	-	10.304	-	
	ITAU - 101115060002600	175	20.000	-	20.175	-	
	Total em moeda estrangeira	240	30.239	-	30.479	-	
	Total EDEVP	246	30.508	67	30.821	490	
	Em moeda nacional						
EEB	ELETOBRÁS EFS - 0037/2004	-	795	1.990	2.785	3.182	
	HP leasing	-	-	-	-	11	
	ITAU - 10111506002700	175	20.000	-	20.175	-	
	Total em moeda nacional	175	20.795	1.990	22.960	3.193	
	Em moeda estrangeira						
	ABC Brasil - LA 35 030 14	699	53.036	-	53.735	45.410	(1)
	ITAU - OPERAÇÃO 4131	37	-	12.359	12.396	10.609	(1)
	SANTANDER - 7374489	5	59.842	-	59.847	-	
	Total em moeda estrangeira	741	112.878	12.359	125.978	56.019	
	Total EEB	916	133.673	14.349	148.938	59.212	
	Sub - total em moeda nacional	8.015	113.597	1.284.124	1.405.736	1.540.534	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(342)	(580)	(922)	(806)	
	Total em moeda nacional	8.015	113.255	1.283.544	1.404.814	1.539.728	
CONSOLIDADO	Sub - total em moeda estrangeira	8.470	183.136	476.937	668.543	184.277	
	Total em moeda estrangeira	8.470	183.136	476.937	668.543	184.277	
	TOTAL	16.485	296.391	1.760.481	2.073.357	1.724.005	

Os contratos de empréstimos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2014, as exigências contratuais não foram cumpridas para o contrato CCB Fibra/BTG da EMT. A Companhia tem waiver aprovado em 31 de agosto de 2014 com validade para até 30 de junho de 2015.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

(1) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, ABC Brasil e Itaú BBA possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34).

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho 2015:

Empresa	Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
REDE ENERGIA	Banco Industrial e Comercial S.A. (Bicbanco)	jul/36	Mensal	Recebíveis	253	IPCA	+ 1,05% a.a	5,87%
	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	jul/36	Mensal	Recebíveis	253	IPCA	+ 1,05% a.a	5,87%
CAIUA	Banco Santander	jun/19	Mensal	Recebíveis + Aval	45	CDI	2,28% a.a	3,38%
	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	16	UFIR	6,0% a.a	1,50%
	Itaú BBA (*)	nov/17	Mensal	Aval	29	Dólar	+ 3,40%	21,33%
	Bank of America Merrill Lynch (*)	jun/17	Mensal	Aval	24	Dólar	+ 1,85 %	21,33%
ETO	Eletrobrás II	Jun/16 a abr/22	Mensal	Recebíveis	31	UFIR	De 6,0 a 6,50%a.a	3,0% a 3,25%
	Banco Santander	jun/19	mensal	Recebíveis	48	CDI	2,28% a.a	7,06%
	Banco Itaú (*)	jun/19	mensal	Recebíveis	36	Dólar	2,72% a.a	18,17%
DENERGE	FI-FGTS - (Reestruturado)	jul/36	mensal		256	TR	4,0% a.a	2,64%
CTCE	Banco BMG	jul/36	mensal		256		1,0% a.a	0,50%
EMS	Eletrobrás	jun/15 a mai/22	trimestral	-	18	-	6,0 a 8,0% a.a	3,0% a 4,0%
	Safra finame I	Nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	8	PRÉ	8,0% a.a	4,00%
	Safra finame II	nov/15 a mar/16	mensal	Alienação fiduciária	8	TJLP	5,7% a.a	5,85%
	Bank of America Merrill Lynch	jun/17	mensal	Aval	3	Dólar	2,00% a.a	17,81%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	231	TR	8,0% a.a	4,64%
EMT	Eletrobrás	até ago/22	Trimestral	-	86	PRÉ	6,0 a 8,0% a.a	3,0% a 4,0% a.a
	Banco Fibra/BTG	ago/15	Mensal	Cessão Sub-rogação CCC	2	CDI	4,43% a.a	8,14%
	Banco JP Morgan -	mai/17	Mensal	Recebíveis	23	CDI	2,0% a.a	6,92%
	Finame - SAFRA	abr/16	Mensal	-	10	TJLP	3,9 a 6,5% a.a	4,95% a 6,25%
	Banco Santander	jun/17	Mensal	Recebíveis+Aval	24	CDI	2,8% a.a	7,32%
	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	out/34	mensal	Recebíveis	231	TR	8,0% a.a	4,64%
	Banco Merryl Lynch (*)	mai/17	mensal	Fiança	23	CDI	2,0% a.a	6,92%
	Cessna Finance	set/20	trimestral	Depósito Caução	63	PRÉ	6,75% a.a	3,38%
CNEE	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	15	UFIR	6,0% a.a	3,00%
CFLO	Eletrobrás	jun/16 a jul/18	Mensal	Recebíveis	19	UFIR	6,0% a.a	0,015
	Banco Itaú (*)	fev/16	Final	Aval	8	Dólar	3,83% a.a	18,73%
EDEVF	Eletrobrás	set/16	Mensal	Recebíveis	15	UFIR	6,0% a.a	3,00%
	Banco Itaú	jul/15	Final	Aval	1	CDI	2,90% a.a	18,26%
	CCD - Santander (*)	out/15	Final	Aval	1	Dólar	3,00% a.a	18,36%
EEB	Eletrobrás	de set/16 a jul/22	Mensal	Recebíveis	54	UFIR	6,0% a.a	3,00%
	Banco ABC Brasil (*)	set/15	Mensal	Aval	3	Dólar	+ 2,62%	18,12%
	Banco Itaú	jul/15	Mensal	Aval	1	CDI	+ 2,90%	7,37%
	Banco Itaú (*)	nov/17	Mensal	Aval	29	Dólar	+ 3,40%	18,51%
	Santander	dez/15	Mensal	Aval	1	Dólar	3,10%	18,21%

(*) Possui Swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2015	31/12/2014
US\$ x R\$	16,81%	13,39%
TJLP	3,00%	5,00%
SELIC	5,99%	10,90%
CDI	5,92%	10,81%
IPCA	6,17%	6,41%
IGP-M	4,33%	3,67%
LIBOR	0,27%	0,23%
UMBNB	0,06%	0,05%
TR	0,64%	0,86%

Em 30 de junho de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2016	-	79.552
2017	-	464.322
2018	-	229.392
2019	-	183.813
Após 2019	87.098	803.402
Total	87.098	1.760.481

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Saldos em 31/12/2014 e 31/12/2013	89.157	1.111.084	1.724.005	1.450.673
Saldo inicial consolidado a partir de 11/04/2014	-	-	-	1.821.298
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	472.163	967.160
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(466)	94.182	105.455	287.286
Descontos obtidos credores - Opção "C"	-	(1.364.746)	-	(1.364.746)
Reversão MTM Bond Perpétuo	-	674.278	-	674.278
Transferência Partes Relacionadas	-	(404.167)	-	(404.167)
Ajuste a valor presente	-	72.514	-	72.514
Marcação a mercado	-	23.536	-	23.536
Provisão de ajuste a valor presente - credores opção "A"	-	(108.149)	-	(196.376)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(231.166)
Pagamento de principal e juros	-	(9.375)	(228.266)	(1.376.285)
Saldos em 30/06/2015 e 31/12/2014	88.691	89.157	2.073.357	1.724.005
Circulante	1.593	1.036	312.876	269.407
Não circulante	87.098	88.121	1.760.481	1.454.598

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Empresas	Contratos	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017 em diante	Total
ETO	Banco Santander	221	305	3.969	922

23 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características:

	Controladora	Controlada EMT			Controlada EMS	Controlada ETO	Total
	4ª Emissão	2ª Emissão	5ª Emissão	7ª Emissão	1ª Emissão		
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública		
Data de emissão	22/12/2009	15/4/2010	15/5/2014	31/5/2014	31/5/2014		
Data de vencimento	22/12/2014	15/5/2017	17/5/2021	30/5/2021	30/5/2019		
Garantia	Quirografária	Flutuante	Flutuante	Quirografária	Quirografária		
Rendimentos	CDI + 3,40%	1ª Serie CDI + 2,75% a.a - 2ª a 13ª Séries IPCA + 9,15%	CDI + 2,28%	CDI + 2,28% a.a.	CDI + 2,28% a.a.		
TIR (taxa efetiva de juros)	13,64%	1ª Serie 12,96% a.a - 2ª a 13ª Séries 15,96%	12,45%	12,45%	12,45%		
Quantidade de títulos	370.000	250	45.000	40.000	5.000		
Valor na data de emissão	370.000	1.000.000	10.000	400.000	50.000		
Títulos em circulação	-	250	45.000	40.000	5.000		
Carência de Juros	6 meses	6 meses	24 meses	2 anos	2 anos		
Data de repactuação	-	1/8/2012	-	-	-		
Amortizações/parcelas	semestral	Mensal	Mensal após a carência	semestral	Mensal 30/06/16		
Saldos em 30/06/2015	44.508	-	455.109	401.988	50.154	951.759	
Circulante	2.669	-	14.847	3.970	1.733	23.219	
Não circulante	41.839	-	440.262	398.018	48.421	928.540	
Saldos em 31/12/2014	38.136	40.431	453.622	401.892	50.041	984.122	
Circulante	1.012	40.431	6.315	4.281	297	52.336	
	37.124	-	447.307	397.611	49.744	931.786	

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de IPCA + 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$295.552 de ajuste a valor presente.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de junho de 2015 as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Consolidado
2015	-
2016	93.549
2017	187.099
2018	187.099
2019	177.415
Após 2019	283.378
Total	928.540

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos/exercícios subsequentes é como segue:

30/06/2015				
	Controlada EMT	Controlada ETO	Controlada EMS	
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	Consolidado
Exercício 2015	636	41	541	1.218
Exercício 2016	873	83	744	1.700
Após 2016	1.671	200	1.509	3.380
	3.180	324	2.794	6.298

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013	38.136	410.126	984.122	410.126
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	272.103
Novas debêntures obtidas	-	-	-	1.019.154
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.372	2.830	71.583	96.203
Ajuste a valor presente	-	3.208	-	3.208
Descontos obtidos credores - Opção "C"	-	(58.440)	-	(58.440)
(Provisão) Reversão de ajuste a valor presente credores Opção "A"	-	(297.304)	-	(297.304)
Transferência Partes Relacionadas	-	(19.480)	-	(19.480)
Pagamento de principal e juros	-	(2.804)	(103.946)	(316.276)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(125.172)
Saldo em 30/06/2015 e 31/12/2014	44.508	38.136	951.759	984.122
Circulante	2.669	1.012	23.219	52.336
Não circulante	41.839	37.124	928.540	931.786

24 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ICMS	-	-	201.814	156.338
Encargos Sociais	63	67	6.626	10.281
IRPJ	-	-	22.552	4.732
CSSL	53	-	9.697	954
PIS/COFINS	6	5	64.732	37.192
IRRF	273	1.201	1.861	2.734
IOF	291	276	659	556
Outros	10	70	3.487	4.317
Total	696	1.619	311.428	217.104
Circulante	696	1.619	292.975	201.090
Não Circulante (1)	-	-	18.453	16.014

(1) Refere-se basicamente a tributos com exigibilidades suspensa.

25 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	REDE SUL	30/06/2015	31/12/2014
LEI 11.941	-	-	-	726
COFINS	-	2.296	2.296	2.574
ICMS	4.421	95.085	99.506	105.007
TOTAL	4.421	97.381	101.802	108.307
Circulante	2.342	16.144	18.486	20.308
Não Circulante	2.079	81.237	83.316	87.999

Abaixo, número máximo de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	EMT	REDE SUL
COFINS	-	08
ICMS	14	93

Posição em 30 de junho de 2015:

	Valor original	Multa	Juros	Total
COFINS	2.118	111	67	2.296
ICMS	67.784	8.986	22.736	99.506
TOTAL	69.902	9.097	22.803	101.802

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/06/2015	31/12/2015
2015	9.822	16.763
2016	18.754	16.863
2017	15.389	14.787
Após	57.837	59.894
Total	101.802	108.307
Circulante	18.486	20.308
Não circulante	83.316	87.999

26 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais – consolidadas.

Risco provável – composição e movimentações

	Saldo inicial 31/12/2014	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Ajuste a valor justo	Saldo final 30/06/2015
Trabalhistas	157.753	24.715	(29.512)	8.727	(7.944)	153.739
Cíveis	326.072	44.940	(81.340)	17.060	(6.638)	300.094
Fiscais	54.846	11.052	(30.179)	2.654	-	38.373
Total	538.671	80.707	(141.031)	28.441	(14.582)	492.206
Depósitos e cauções vinculados (*)	(77.777)					(57.830)

(*) As controladas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$112.559 (R\$91.764 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$54.729 (R\$13.987 em 31 de dezembro de 2014), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

As contingências cujos prognósticos de êxito são possíveis ou prováveis foram avaliadas a valor justo de acordo com o CPC 15 (R1).

Perdas prováveis

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

• Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$1.414.986 (R\$1.407.846 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$65.895 (R\$72.033 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia e pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.015.212 (R\$952.454 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia; e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa. Sendo válido destacar que houve alteração do prognóstico em processo proposto pelo Ministério Público Estadual (0044688-64.2005.8.12.0001), com valor envolvido de R\$70.721, onde se discute o procedimento adotado para cobranças de energia consumida de forma irregular.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$333.879 (R\$383.359 em 31 de dezembro de 2014), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Os processos administrativos da controlada EMT, alcançados pela Lei da Copa (Lei Estadual 9.165/2009 - com as alterações da Lei Estadual 9.746/2012), também foram classificados como de perda possível, tendo em vista que foram inseridos no programa que autorizou a conversão de débito em investimento em infraestrutura energética necessária à realização da Copa do Mundo em 2014.

27 Taxas regulamentares e obrigação do programa de eficiência energética - consolidado

	30/06/2015	31/12/2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.878	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	21.511	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	17.576	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.610	155.113
Total	212.575	468.866
Circulante	40.306	291.281
Não circulante	172.269	177.585

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 12 de agosto de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24

primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os juros estão sendo calculados pela variação da taxa Selic. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP foram totalmente liquidados.

28 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 30 de junho de 2015 montam em R\$356.567 (R\$364.397 em 31 de dezembro de 2014) sendo R\$155.105 (R\$146.424 em 31 de dezembro de 2014) no circulante e R\$201.462 (R\$217.973 em 31 de dezembro de 2014) no não circulante. Os encargos estão sendo calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.245.787 (R\$2.245.787 em 31 de dezembro de 2014), representando 1.714.895 (1.714.895 em 31 de dezembro de 2014) ações nominativas, sendo 1.182.320 (1.182.320 em 31 de dezembro de 2014) ações ordinárias e R\$532.575 (532.575 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais, sem valor nominal.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias e não tem direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial faz jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

29.2 Dividendos

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

29.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)
			30/06/2015
EMT	SUDAM	114/2014	-
ETO	SUDAM	113/2014	16.544
Total			16.544

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e serão destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

30 Receita operacional - consolidada

	30/06/2015				30/06/2014			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2015 à 30/06/2015 (*)	01/01/2015 à 30/06/2015 (*)	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2014 à 30/06/2014 (*)	01/01/2014 à 30/06/2014 (*)
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	2.817.090	3.156.773	1.060.198	1.942.404	2.699.949	1.307.761	620.298	620.298
Industrial	47.146	1.251.326	476.053	829.823	53.468	573.153	271.997	271.997
Comercial	270.663	1.922.584	669.824	1.214.332	262.607	807.036	397.698	397.698
Rural	359.657	870.727	244.554	499.823	352.652	380.644	131.382	131.382
Poder Público:								
Federal	2.280	79.739	29.297	51.438	6.928	33.515	17.372	17.372
Estadual	7.009	179.474	51.907	89.350	6.999	76.861	30.993	30.993
Municipal	24.791	165.906	62.391	108.256	19.479	75.993	38.343	38.343
Iluminação Pública	4.394	419.566	77.726	129.983	4.112	178.079	41.518	41.518
Serviço Público	4.044	274.644	90.274	160.233	3.917	122.734	42.778	42.778
Consumo Próprio	839	11.674	-	-	828	5.240	-	-
Subtotal	3.537.913	8.332.413	2.762.224	5.025.642	3.410.939	3.561.016	1.592.379	1.592.379
Suprimento	-	634.506	95.583	202.403	-	(764)	67.901	69.774
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(86.552)	(24.044)	77.615	-	-	41.663	41.663
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	163	-	91.161	155.674	171	272.847	38.315	38.315
Serviços Especializados	-	-	(4.936)	933	-	-	5.521	5.521
Receita de Construção (1)	-	-	237.009	384.066	-	-	114.923	114.923
Ativos e Passivos regulatórios - CVA (2)	-	-	61.937	92.861	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	36.631	80.975	-	-	74.024	76.788
Total - receita operacional bruta	3.538.076	8.880.367	3.255.565	6.020.169	3.411.110	3.833.099	1.934.726	1.939.363
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	574.403	1.041.157	-	-	337.942	337.942
PIS	-	-	49.103	92.122	-	-	29.423	29.446
COFINS	-	-	223.169	420.999	-	-	135.526	135.632
ISS	-	-	183	226	-	-	177	361
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	7.554	15.909	-	-	5.932	5.932
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	354.559	469.325	-	-	18.737	18.737
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	7.556	15.911	-	-	5.035	5.035
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	10.744	22.665	-	-	10.423	10.423
Encargo Consumidor - Excedente Bandeira	-	-	220.959	338.780	-	-	-	-
Fundo Nac. de Des. Científico e Tec. - FNDCT	-	-	-	-	-	-	396	396
Estudo de Pesquisa Energética - EPE	-	-	-	-	-	-	200	200
Total	-	-	1.448.230	2.417.094	-	-	543.791	544.104
Total - receita operacional líquida	3.538.076	8.880.367	1.807.335	3.603.075	3.411.110	3.833.099	1.390.935	1.395.259

(1) Receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se ao montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no período findo em 30 de junho de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

31 Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2015	30/06/2014	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2014 a 30/06/2014
Energia de Itaipú - Binacional	1.438.886	748.542	217.551	355.183	80.033	80.033
Energia de leilão	3.435.983	1.425.591	320.748	837.846	292.180	292.180
Energia bilateral	3.250.429	1.578.312	414.016	734.083	280.501	280.501
Cotas de Angra REN 530/12 (****)	308.290	154.464	30.787	56.067	20.233	20.233
Energia de curto prazo - CCEE	364.318	115.942	124.171	281.649	70.010	70.010
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.412.346	697.958	30.763	53.332	18.999	18.999
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	194.397	92.271	27.111	54.218	23.914	23.914
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(75.535)	(51.379)	(51.379)
Reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária (**)	-	-	(130.040)	(205.450)	-	-
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(97.688)	(187.106)	(66.816)	(66.816)
Total	10.404.649	4.813.080	937.419	1.904.287	667.675	667.675

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015, através do Despacho nº 773 homologou os valores do ressarcimento pela exposição térmica referente aos meses de novembro e dezembro de 2014, que segue:

Meses	Despacho	EMT	ETO	EMS	EDEVP	CAIUÁ	EEB	CNEE	Total
Março	Despacho nº 773 de 27 de março de 2015	8.124	35.437	14.273	1.082	6.693	6.235	3.691	75.535

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(**) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. No período foram contabilizados R\$205.450 como redutor de energia comprada, e R\$338.780 como deduções da receita operacional.

Para os meses de janeiro a maio de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	EMT	ETO	EMS	EDEVP	CAIUÁ	CFLO	EEB	CNEE	TOTAL
Janeiro	Despacho 583 de 4 de março de 2015	(7.735)	126	1.766	(482)	(117)	(486)	(481)	246	(7.163)
Fevereiro	Despacho 829 de 30 de março de 2015	(15.006)	1.460	2.925	(126)	304	(677)	(377)	484	(11.013)
Março	Despacho 1356 de 4 de maio de 2015	(23.397)	1.223	6.579	(961)	(264)	(1.209)	(807)	57	(18.779)
Abril	Despacho 1743 de 29 de maio de 2015	(30.482)	(2.775)	5.047	(868)	(214)	(1.310)	(1.074)	(195)	(31.871)
Maio	Despacho 2131 de 30 de junho de 2015	(29.516)	(3.076)	4.769	(1.351)	(225)	(1.260)	(555)	(1)	(31.215)
Junho	Valor a ser homologado	(29.528)	1.995	(144)	(1.853)	(1.311)	(1.310)	(839)	(299)	(33.289)
		<u>(135.664)</u>	<u>(1.047)</u>	<u>20.942</u>	<u>(5.641)</u>	<u>(1.827)</u>	<u>(6.252)</u>	<u>(4.133)</u>	<u>292</u>	<u>(133.330)</u>

Sobre esses montantes foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

(****) Contempla valor da REN 1585/2013.

32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Consolidado	
			30/06/2015	31/12/2014
Riscos operacionais	23/10/2015	36.051	895	844
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	30.000	2.933	2.933
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	30/11/2015	Até 360.000/veículo	712	712
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	30/11/2015	850	1	1
Aeronáutico - casco/LUC	30/11/2015	170.537	67	67
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2015	96.624	739	739
Multirrisco Hangar	20/11/2015	2.500	4	4
RC Hangar	20/11/2015	27.932	77	77
Compreensivo Empresarial	26/09/2015	620	5	5
Transportes	30/11/2015	Até 2.000/transporte	173	173
			<u>5.606</u>	<u>5.555</u>

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédio, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil e Multiline para as PCHs do Rio Grande de responsabilidade da controlada Energisa Geração Rio Grande.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

33 Arrendamento mercantil - consolidado

A Companhia e suas controladas possuem arrendamento mercantil no montante de R\$10.805 (R\$13.531 em 31 de dezembro de 2014), referente a equipamentos e aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 e 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o período findo em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC-06, reconheceram os montantes de R\$2.726 no consolidado, como despesa de depreciação e de R\$1.352 como despesa financeira, referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$39.571 (R\$35.898 em 31 de dezembro de 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 30 de junho de 2015 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2015
2015	2.447
2016	5.131
2017	5.486
2018	5.866
2019	6.272
2020	14.369
Total	39.571
Circulante	4.969
Não Circulante	34.602

34 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora				
	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	64.912	64.912	5.072	5.072
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	100.610	100.610	51	51
Títulos de créditos a receber	845	845	845	845
Créditos com partes relacionadas	77.043	77.043	110.397	110.397

	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Fornecedores	413	413	262	262
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	133.199	133.199	127.293	127.293
Débitos com partes relacionadas	617.161	617.161	700.842	700.842

Consolidado				
	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	350.118	350.118	356.595	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	678.155	678.155	973.554	973.554
Clientes	1.333.044	1.333.044	1.090.095	1.090.095
Títulos de créditos a receber	24.155	24.155	24.568	24.568
Contas a receber da concessão	2.297.440	2.297.440	2.065.088	2.065.088
Ativos regulatórios	821.004	821.004	594.749	594.749
Créditos com partes relacionadas	234.051	234.051	226.444	226.444

	30/06/2015		31/12/2014	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos				
Fornecedores	1.031.546	1.031.546	1.019.533	1.019.533
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	3.025.116	3.025.116	2.708.127	2.708.127
Passivos regulatórios	520.560	520.560	428.549	428.549
Débitos com partes relacionadas	619.901	619.901	562.879	562.879
Parcelamento de impostos	101.802	101.802	108.307	108.307
Taxas regulamentares	212.575	212.575	468.866	468.866

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, ativo regulatório e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses a 1ª emissão de debêntures (ETO), a 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 2ª e 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses a 4ª emissão de debêntures da controladora a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia e suas controladas.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Dívida (a)	3.025.116	2.708.127
Partes Relacionadas (c)	515.084	546.793
Caixa e equivalentes de caixa	(350.118)	(356.595)
Dívida Líquida	3.190.082	2.898.325
Patrimônio Líquido (b)	(2.230.135)	(1.956.414)
Índice de endividamento líquido	1,43	1,48

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 22 e nº 23.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

(c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 15.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		413				-	413
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,70%	1.977	-	13.126	9.103	575.404	599.610
Total		2.390	-	13.126	9.103	575.404	600.023

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		672.900	-	156.062	195.078	7.506	1.031.546
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	12,58%	350.039	231.881	1.465.448	929.183	2.193.745	5.170.296
Total		1.022.939	231.881	1.621.510	1.124.261	2.201.251	6.201.842

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeira é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	64.912	5.072	350.118	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	100.610	51	678.155	973.554
Clientes	-	-	1.333.044	1.090.095
Títulos de créditos a receber	845	845	24.155	24.568
Ativos regulatórios	-	-	821.004	594.749
Contas a receber da concessão	-	-	2.297.440	2.065.088

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 13 e 17.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 22, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2015, com alta de 16,81% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,1026/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2015 era de 17,57%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2015, de R\$3.032.336 (R\$2.708.933 em 31 de dezembro de 2014), R\$668.543 estão representados em dólares pela emissão internacional de:

- (i) US\$6,9 milhões (US\$6,9 milhões de principal) de empréstimo captado pela EMT junto ao Bank of America Merrill Lynch;
- (ii) US\$17,1 milhões (US\$17,1 milhões de principal) de empréstimo captado pela Bragantina junto ao Bank ABC

Brasil;

- (iii) US\$12,8 milhões (US\$12,8 milhões de principal) referente ao leasing de aeronave na EMT;
- (iv) US\$19,3 milhões (US\$19,3 milhões de principal) referente a confissão e repactuação de dívida (Itaipu) na Bragantina;
- (v) US\$25,9 milhões (US\$ 25,6 milhões de principal) de empréstimo captado pela Caiuá junto ao Banco Itaú BBA;
- (vi) US\$ 4,0 milhões (US\$3,9 milhões de principal) de empréstimo captado pela Bragantina junto ao Banco Itaú BBA;
- (vii) US\$7,8 milhões (US\$7,7 milhões de principal) de empréstimo captado pela CFLO junto ao Banco Itaú BBA.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de longo prazo (último vencimento em 28 de novembro de 2017) e custo máximo de US\$ mais 4,50% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 apresenta R\$18.277 (R\$7.089 em 31 de dezembro de 2014) no ativo circulante, R\$3.154 em 31 de dezembro de 2014 no ativo não circulante e R\$259 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima, conforme segue:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Limitador
Loan 4131 BAML x EMT 1 P. Ativa	6.969	LIBOR + 1,50%	04/05/2017	-
P. Passiva		CDI + 1,45%		
Loan 4131 Banco ABC x Bragantina 1 P. Ativa	17.094	VC + 3,50%	11/09/2015	-
P. Passiva		CDI + 2,90%		
Loan 4131 Itaú BBA x ECA 1 P. Ativa	25.893	VC + 4,00%	28/11/2017	-
P. Passiva		CDI + 2,25%		
Loan 4131 Itaú BBA x Bragantina 2 P. Ativa	3.984	VC + 4,00%	28/11/2017	-
P. Passiva		CDI + 2,25%		
Loan 4131 Itaú BBA x CFLO 1 P. Ativa	7.663	VC + 4,50%	25/02/2016	-
P. Passiva		CDI + 2,35%		
Loan 4131 Itaú BBA x ETO 1 P. Ativa	65.030	VC + 4,04%	13/04/2020	-
P. Passiva		CDI + 2,72%		
Loan 4131 Santander x EDEVP 1 P. Ativa	3.300	VC + 3,00%	13/10/2015	-
P. Passiva		CDI + 1,89%		
Loan 4131 BAML x EMS 2 P. Ativa	31.446	Libor + 1,85%	01/06/2017	-
P. Passiva		CDI + 1,4925%		
Loan 4131 BAML x ECA 2 P. Ativa	12.882	Libor + 1,85%	12/06/2017	-
P. Passiva		CDI + 1,4925%		
Loan 4131 Santander x Bragantina 3 P. Ativa	19.288	VC + 3,10%	28/12/2015	-
P. Passiva		CDI + 2,45%		

A controlada EMS possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento
SWAP			
HSBC x EMS	22.222		05/09/2016
P. Ativa		CDI + 3,5%	
P. Passiva		132% CDI + (TJLP-6,00%)	

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, vigentes em 30 de junho de 2015 que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2015	31/12/2014		30/06/2015	31/12/2014
			Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	22.916	151.280
Swap de Juros	22.222	135.036	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(23.029)	(141.445)
			Posição Total Swap	(113)	9.835
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	620.174	32.288
Swap Cambial	563.054	31.111	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(601.784)	(32.139)
			Posição Total Swap Com Opções	18.390	149

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 22 e 23 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

(3) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		68.175	(69.825)	(207.825)
Swap com Opções					
Posição Ativa -Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	620.174		551.999	689.999	827.999
Posição Passiva -Taxa de Juros CDI	(601.784)	Alta US\$	(601.784)	(601.784)	(601.784)
Subtotal	18.390		(49.785)	88.215	226.215
Total Líquido - ganhos (perdas)	18.390		18.390	18.390	18.390

(4) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 30 de junho de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias)

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros	-		-	(389)	(767)
Swap					
Posição Ativa - Taxa de Juros CDI	27.916		22.916	23.304	23.683
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI + TJLP	(23.029)	Alta da TJLP/IPCA	(23.029)	(23.721)	(24.396)
Subtotal	(113)		(113)	(416)	(714)
Total Líquido - ganhos (perdas)	(113)		(113)	(805)	(1.480)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 13,64%, TJLP = 6% ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	929.914	Alta CDI	25.337	31.300	37.130
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(628.971)	Alta CDI	(20.205)	(24.975)	(29.644)
	(1.380.933)	Alta CDI	(46.422)	(57.347)	(68.030)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(114)	Alta TJLP	(2)	(2)	(3)
	(4.330)	Alta IPCA	(267)	(334)	(401)
Subtotal (2)	(2.014.348)		(66.896)	(82.658)	(98.078)
Total - perdas (2)	(1.084.434)		(41.559)	(51.358)	(60.948)

(1) Considera o CDI de 30 de setembro de 2015 (14,14% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2015, TJLP 6,5% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.017.988

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	64.912	5.072	350.118	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	100.610	51	678.155	973.554
Clientes	2	-	-	1.333.044	1.090.095
Títulos de créditos a receber	2	845	845	24.155	24.568
Contas a receber da concessão	3	-	-	2.297.440	2.065.088
Ativos regulatórios	3	-	-	821.004	594.749

35 Benefícios a empregados

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, que é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de junho de 2015 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$5.201 (R\$1.865 em 30 de junho de 2014) no consolidado.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de junho de 2015 as despesas com o plano de saúde foram de R\$18.203 (R\$6.515 em 30 de junho de 2014), no consolidado.

36 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2015 a 2048	68.014	137.591	143.084	139.913	143.490	2.130.671
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	631.504	1.311.453	1.336.903	1.458.429	1.560.198	18.322.566
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	139.150	313.276	307.316	312.790	374.413	6.258.326
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2015 a 2048	294.286	539.057	525.843	558.451	618.354	12.185.308
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2015 a 2048	27.056	53.903	51.108	39.208	38.864	702.164
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2015 a 2048	39.371	88.889	91.127	91.119	112.323	1.802.999
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2015 a 2048	59.085	124.266	134.258	130.758	130.832	1.948.244
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2015 a 2026	38.985	78.588	81.512	84.071	86.717	686.801
		1.297.451	2.647.024	2.671.151	2.814.740	3.065.191	44.037.080

(*) O contrato de suprimento da CFLO foi aditado, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de junho de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

37 Concessão do serviço público de energia elétrica - consolidada

Distribuição:

Empresas	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
EMT	10/12/1997	30 anos	10/12/2027
ETO	28/06/1999	20 anos	30/01/2020
EMS	04/12/1997	30 anos	04/12/2027
CNEE	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
CAIUÁ	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
EDEVP	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
EBB	03/02/1999	20 anos	07/07/2015
CFLO	03/02/1999	20 anos	07/07/2015

Geração:

Empresas	Data da autorização	Data Publicação	Prazo da autorização	Vencimento
EMT - concessão de usinas termelétricas	10/12/1997	11/12/1997	30 anos	10/12/2027

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para

atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,25% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

38 Ativo de geração alienado

A controladora Energisa concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação. A negociação envolveu a alienação da usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW) de propriedade da controlada Tangará Energia S/A.

A Rede Energia, integralizou em dezembro de 2014, no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$255.300, que não inclui ajustes normais de preços que se encontram em processos de apuração em atendimento ao CPC 30 e em face de por não terem sido satisfeitos os critérios que possibilite o registro contábil que não foram reconhecidos na demonstração de resultado do período.

A Companhia veio a reconhecer o ganho de capital no período findo em 30 de junho de 2015, conforme segue:

	Controladora e Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	171.350
Ajuste preço adicional	4.263
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	175.613
Custos dos investimentos alienados	79.687
(=) Ganho apurado na alienação	255.300

Para efeitos de comparabilidade a Companhia reclassificou os ativos e passivos para disponíveis para venda, conforme segue:

Ativos e passivos disponíveis para venda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014		31/12/2014	
Ativo				
Ativo circulante				
. Caixa e aplicação financeira no mercado aberto	-		54.610	
. Clientes	-		9.555	
. Outros	-		6.867	
Total do ativo circulante	-		71.032	
Ativo não circulante				
. Imobilizado/Intangível	-		178.715	
Total do ativo não circulante	-		179.805	
Total dos ativos disponíveis para venda	-		250.837	
Passivo				
Passivo circulante				
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-		236.338	
. Provisão para perdas de participação societária	130.639		-	
. Outros	-		19.973	
Total do passivo circulante	130.639		256.311	
Passivo não circulante				
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-		120.000	
. Impostos a recolher/ diferido	-		12.714	
. Outros	-		77.829	
Total do passivo não circulante	-		210.543	
Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda	130.639		466.854	

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receita líquida	-	-	31.761	14.159
(-) Custo com energia elétrica	-	-	(26.869)	(152)
(-) Custo de operação	-	-	(3.552)	(7.062)
Lucro operacional bruto	-	-	1.340	6.945
(-) Despesas operacionais	-	-	(705)	(325)
Resultado do serviço	-	-	635	6.620
Receitas financeiras	-	-	4.354	2.213
Despesas financeiras	-	-	(20.528)	(21.338)
Equivalência patrimonial	(16.206)	(23.125)	-	-
Outros resultados operacionais	-	-	58	-
Prejuízo antes do IRPJ e CSSL	(16.206)	(23.125)	(15.481)	(12.505)
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	-	(725)	(10.620)
Prejuízo de operação descontinuada	(16.206)	(23.125)	(16.206)	(23.125)

Para fins de comparabilidade, esta sendo rerepresentada a demonstração de resultado, demonstração de fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, individuais e consolidados, referente ao período findo em 30 de junho de 2015.

Segue quadro comparativo das demonstrações financeiras rerepresentadas:

Demonstração do resultado do período:

Controladora	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/06/2014
(-) Despesas operacionais	(25.448)	-	(25.448)
Resultado do serviço	(25.448)	-	(25.448)
Receitas financeiras	1.461.180	(345.380)	1.115.800
Despesas financeiras	(113.358)	-	(113.358)
Equivalência patrimonial	27.550	23.125	50.675
Outros resultados operacionais	3.595	345.380	348.975
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	1.353.519	23.125	1.376.644
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(306.727)	-	(306.727)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.046.792	23.125	1.069.917
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-	(23.125)	(23.125)
Lucro do período	1.046.792	23.125	1.046.792

Consolidado	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/06/2014
Receita líquida	1.409.418	(14.159)	1.395.259
(-) Custo com energia elétrica	(712.946)	152	(712.794)
(-) Custo de operação	(336.644)	(13.450)	(350.094)
Lucro operacional bruto	359.828	(27.457)	332.371
(-) Despesas operacionais	(153.092)	20.837	(132.255)
Resultado do serviço	206.736	(6.620)	200.116
Receitas financeiras	1.686.706	(2.213)	1.684.493
Despesas financeiras	(327.563)	21.338	(306.225)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	1.613.578	12.505	1.626.083
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(545.816)	10.620	(535.196)
Lucro líquido das operações continuadas	1.067.762	23.125	1.090.887
Resultado líquido das Operações descontinuadas	-	(23.125)	(23.125)

Demonstração do Valor Adicionado

Controladora	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/06/2014
Receitas	3.595	345.380	348.975
. Outras receitas	3.595	345.380	348.975
Valor Adicionado Bruto	(21.641)	345.380	323.739
Valor Adicionado Recebido em Transferência	736.581	429.894	1.166.475
. Resultado de Equivalência Patrimonial	27.550	23.125	50.675
. Receitas financeiras	709.031	406.769	1.115.800
Valor Adicionado Total a Distribuir	714.940	775.274	1.490.214
Distribuição do Valor Adicionado	714.940	775.274	1.490.214
Remuneração de Capitais de Terceiros	(638.787)	752.148	113.361
. Juros	(638.790)	752.148	113.358
Outros	-	23.125	23.125
. Operações descontinuadas	-	23.125	23.125

Consolidado	Divulgado 30/06/2014	Reclassificação p/ ativos disponíveis para venda	Reapresentado 30/06/2014
Receitas	1.981.218	(17.495)	1.963.723
. Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.851.048	(17.495)	1.833.553
Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.028.577)	1.984	(1.026.593)
. Custos Produtos e Serv. Vendidos	(729.625)	152	(729.473)
. Materiais, Energia, Serv. de Terceiros e Outros	(269.504)	2.148	(267.356)
. Outras	(29.448)	(316)	(29.764)
Valor Adicionado Bruto	952.641	(15.511)	937.130
Retenção	(76.084)	3.224	(72.860)
. Depreciação, Amortização e Exaustão	(76.084)	3.224	(72.860)
Valor Adicionado Líquido Produzido	876.557	(12.287)	864.270
Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.495.585	188.908	1.684.493
. Receita Financeira	1.495.585	188.908	1.684.493
Valor Adicionado Total a Distribuir	2.372.142	176.621	2.548.763
Distribuição do Valor Adicionado	2.372.142	176.621	2.548.763
Pessoal	122.639	(2.332)	120.307
. Remuneração direta	94.649	(2.332)	92.317
Impostos, Taxas e Contribuições	1.041.112	(13.956)	1.027.156
. Federais	679.991	(13.956)	666.035
Remuneração de Capitais de Terceiros	140.628	169.785	310.413
. Juros	136.693	169.785	306.478
Outros	-	23.125	23.125
. Operações descontinuadas	-	23.125	23.125

Demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora	Divulgado 30/06/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	30/06/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	194.718	-	194.718
Lucro antes dos impostos	1.353.519	23.125	1.376.644
Equivalência patrimonial	(27.550)	(23.125)	(50.675)
Caixa Líquido Atividade de Investimento	(1.083.681)	-	(1.083.681)
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	898.258	-	898.258
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.295	-	9.295
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.907	-	3.907
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.202	-	13.202
Variação Líquida do caixa	9.295	-	9.295

Consolidado	Divulgado 30/06/2014	Ajustes - Reclassificação para ativos disponíveis para venda	30/06/2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	645.762	-	645.762
Lucro antes dos impostos	1.613.578	12.505	1.626.083
Lucro antes dos impostos das empresas descontinuadas	-	(12.505)	(12.505)
Caixa Líquido Atividades de investimento	730.038	-	730.038
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(429.480)	-	(429.480)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	946.320	-	946.320
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.907	-	3.907
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	950.227	-	950.227
Variação Líquida do caixa	946.320	-	946.320

39 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2015	31/12/2014
Retomada de controle - Valor justo das distribuidoras		
Caixa e equivalentes de caixa	-	80.093
Aplicação no Mercado Aberto	-	149.728
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	838.153
Impostos a Recuperar	-	234.883
Títulos de créditos a receber	-	201.491
Estoques	-	20.781
Cauções e Depósitos Vinculados	-	96.167
Outros créditos	-	678.922
Créditos com partes relacionadas	-	660.736
Impostos Diferidos	-	641.862
Contas a receber da Concessão	-	2.061.340
Intangível e ativo intangível (PPA)	-	5.078.430
Fornecedores	-	1.229.594
Salários a pagar	-	13.474
Empréstimos e Financiamentos	-	1.821.299
Debentures	-	272.102
Tributos e Contribuições	-	1.081.362
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	561.867
Parcelamento de impostos	-	607.054
Contribuição Social Diferida	-	41.320
Empresas controladas e coligadas	-	172.303
Outros passivos	-	1.485.903
Investimentos descontinuados		
Caixa e equivalente de caixa	-	22.476
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	32.134
Clientes	-	9.555
Impostos a recuperar	-	4.517
Outros créditos	-	2.646
Tributos a recuperar	-	794
Imobilizado	-	176.067
Intangível	-	1.035
Fornecedores	-	11.237
Empréstimo e financiamento	-	231.166
Debêntures	-	125.172
Tributos e contribuições sociais	-	1.109
Outras contas a pagar	-	13.760
IRPJ e CSSL diferidos	-	12.714
Outras transações não caixa		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	185.756	177.598
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	63.152	8.207
Atividades operacionais		
Fornecedores	30.739	-
Incorporação de redes	31.354	-
Estoques	1.207	-
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	63.300	-

40 Eventos subsequentes

Dividendos controlada Energisa Mato Grosso:

Em 29 de julho de 2015, foi deliberado o pagamento de dividendos intercalares do exercício de 2015, da controlada Energisa Mato Grosso, correspondentes a R\$14.528, à razão de R\$0,085295 por ação ordinária e preferencial. O pagamento será efetuado a partir de 07 de agosto de 2015.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

A controlada Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$ 71.757 mil e R\$ 19.960 mil, referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 30 de junho de 2015, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem a valorização e, principalmente, as condições de realização do ativo, não foi possível concluirmos sobre os referidos créditos.

Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias”, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui dívidas com terceiros e com o acionista controlador indireto, oriundas da recuperação judicial. Em 30 de junho de 2015, a administração concluiu o processo de renegociação dessas dívidas, que resultou no alongamento dos prazos e reequilíbrio do capital circulante líquido. Entretanto, a Companhia permanece contando com o suporte financeiro de seu acionista controlador indireto até que todo processo de recuperação judicial esteja concluído. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional das controladas que possuem concessão vencendo em 2015

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, as respectivas concessões para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica das controladas CFLO, Caiuá, EBB, EDEVP e CNEE expiraram em 7 de julho de 2015. As controladas protocolaram, em 2012, pedidos de prorrogação do prazo da concessão junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, os pedidos de prorrogação estão sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações das controladas, pois a prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As informações financeiras intermediárias das controladas incluídas na consolidação foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014 apresentados para fins de comparação

Fomos contratados para revisar as informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, dos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação. Entretanto, nosso relatório, datado de 12 de agosto de 2014, continha abstenção de conclusão devido a Companhia não ter concluído o laudo de alocação de preço (PPA) pago na retomada do controle das Distribuidoras da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br